

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

JOÃO AUGUSTO DOMINGOS

**POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA FOME EM
ANGOLA: ANÁLISE DOS DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E
OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

CAMPO MOURÃO – PR

2026

JOÃO AUGUSTO DOMINGOS

**POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA FOME EM
ANGOLA: ANÁLISE DOS DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E
OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

**CAMPO MOURÃO – PR
2026**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DOMINGOS, JOÃO AUGUSTO

POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA FOME EM ANGOLA: ANÁLISE DOS DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / JOÃO AUGUSTO DOMINGOS. -- Campo Mourão-PR, 2026.

102 f.: il.

Orientador: MARCOS CLAIR BOVO.

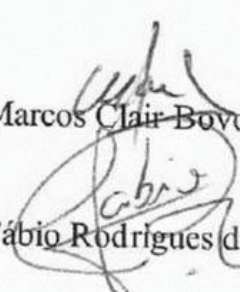
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2026.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Políticas Públicas. 3. Angola. 4. Erradicação da Pobreza e da fome. 5. Interdisciplinaridade. I - BOVO, MARCOS CLAIR (orient). II - Título.

JOÃO AUGUSTO DOMINGOS

**POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E FOME EM ANGOLA: ANÁLISE
DOS DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador)

Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa (Unespar)

Prof.^a Dr.^a Olga Alicia Gallardo Milanés (UNIFAL-MG)

gov.br

Documento assinado digitalmente

OLGA ALICIA GALLARDO MILANES

Data: 05/03/2026 12:46:30-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Data de Aprovação

26/02/2026

Campo Mourão - PR

Para o meu amado Pai
(em memória)

AGRADECIMENTOS

“Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado”

(Provérbio popular africano)

A conclusão de um trabalho acadêmico nunca é uma atividade meramente individual. Uma vez que, ao longo da caminhada, somos nutridos por uma troca permanente de expertise e marcados de forma indelével por pessoas que contribuem direta e indiretamente para que esse desiderato seja uma busca possível.

Assim, só invadido por um sentimento insubordinável de profunda gratidão. Dessa forma, agradeço primeiramente o professor doutor Marcos Clair Bovo (orientador) pela parceria (sempre foi dessa forma que encarei sua orientação) e pela dignidade com que sempre me tratou durante a minha vinculação ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Igualmente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo que foi indispensável para a realização dos meus estudos e permanência no Brasil. Uma palavra de gratidão também à Pró - Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) pelo auxílio financeiro nos primeiros dez meses, contabilizados a partir do início das aulas.

Às (Aos) ilustres Amanda Robotoom, Wes Brubaker, Mary-Clay Gebauer, Crystal Hill, Elena Thomas, Ryan Star, Maria Portillo e Laura Devos, o meu eterno muito obrigado pelos vossos apoio financeiro que fez toda diferença para a minha vinda ao Brasil.

Agradeço também aos participantes da pesquisa, nomeadamente: o Dr. Novais José, o Dr. Minghd Zinga, o Mestre João Baptista Lukombo, o Mestre Nzunzi Nunes Alberto, o Biólogo Augusto Varela Nambelo, o Engenheiro Geógrafo Francisco José, o Consultor ambiental Francisco Maiala e o Consultor em políticas ambientais na área petrolífera André Fernando Cristina, por terem prontamente aceite o convite para serem entrevistados.

Agradeço de igual modo, ao coletivo do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, pelo rigor e troca que marcaram positivamente o meu período de formação, cujos muitos aspetos discutidos em salas de aula me servem de motivação e inspiração até hoje.

Ao coletivo de colegas da coorte de 2024 e 2025, especialmente o meu grande amigo e companheiro Jaime Wanner, o meu muito obrigado!

Às pessoas que apesar das diferenças raciais e culturais, sempre me têm tratado com dignidade, nomeadamente: Kátia, Fernanda, dona Nair, Airton, Lucineia, Isabelle e Jonathan, o meu muito obrigado.

Aos meus colegas de apartamento, nomeadamente: a Ofélia Aínda Vitorino, o Pedro Valentin Janú, o Silvestre Lussekeivo Gamba, o Joaquim Manuel Francisco, o Albano Dias Malundo e o Mpambani Matunde Vicente, o meu muito obrigado pelo companheirismo, pois, a vossa presença tornou muito mais fácil a minha adaptação no Brasil.

Por fim, agradeço a minha querida mãe, Janeta Augusto, que mesmo sem entender o que estudo e apesar da distância nunca deixou de me fortalecer com palavras do tipo, *“estou orando por você pai”* ou *“você é uma pessoa esforçada”*. Sou eternamente grato, por ter você como mãe!

*“Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que
questiona!”*

Frantz Fanon (2020)

DOMINGOS, João Augusto. **Políticas de erradicação da pobreza e da fome em Angola:** análise dos desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável. 102f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2026.

RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um imperativo global, mas sua aplicação em países do Sul Global, especificamente em Angola, enfrenta desafios históricos e estruturais complexos. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o panorama atual das políticas públicas voltadas a erradicação da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2) em Angola, identificando os desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa está vinculada à área de concentração Sociedade e Desenvolvimento do programa e faz parte da linha de pesquisa Formação Humana, Políticas Públicas e Produção do Espaço. Sob uma perspectiva interdisciplinar, que dialoga com a Demografia, Geografia, Sociologia e Políticas Públicas, o estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, operacionalizada em três etapas: revisão bibliográfica, análise documental – com ênfase no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) - e a realização de entrevistas semiestruturadas com oito profissionais angolanos de diferentes áreas de atuação. Os resultados evidenciam uma diferença entre o que está previsto no quadro legal existente, e o que realmente acontece na prática, marcada por uma lacuna de implementação. A análise dos dados, aliada às percepções dos participantes, revelou que a excessiva dependência do petróleo e a insuficiência de dados estatísticos confiáveis limitam a eficácia das políticas públicas. Mais do que a escassez de recursos, identificou-se que a principal barreira ao desenvolvimento sustentável está na fragilidade da dimensão política, expressa pela ausência de fiscalização e pelo incumprimento dos regulamentos e normas. Essa situação gera impactos diretos, como a precariedade do saneamento básico e a insegurança alimentar, afetando especialmente as dimensões ambiental e social. Assim, para superar esses desafios, é fundamental promover uma reforma na maneira como os recursos públicos são geridos, a diversificação econômica com foco na agricultura familiar e no fortalecimento da participação social nos processos de tomada de decisão. Somente com essas mudanças será possível avançar rumo a um desenvolvimento capaz de transformar a realidade social do país e melhorar a vida da sua população.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; Angola; Erradicação da Pobreza e da fome; Interdisciplinaridade.

DOMINGOS, João Augusto. **Poverty and hunger eradication policies in Angola**: an analysis on the challenges, strategies and opportunities for the sustainable development. 2026. 102f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2026.

ABSTRACT

The concept of sustainable development has become a global imperative, but its application in Global South countries, mainly Angola, faces a complex historical and structural challenge. This paper aims to analyze the current public policy landscape for the eradication of poverty (SDG 1) and hunger (SDG 2) at Angola, identifying challenges, strategies and opportunities to reach the sustainable development. The research has its focus on the Society and Development area of concentration, and it is included in the line of research called Human Development, Public Policies and Production of Space. Following an interdisciplinary perspective, which engages Demography, Geography, Sociology and Public Policy, the methodology consists of a qualitative approach in three steps: literature review, documentary analysis – focusing on the National Development Plan (PDN 2023-2027) – and a semi-structured interview conducted with eight Angolan professionals from different areas. The results suggest there is a gap between what is proposed in the legal framework and what actually happens, characterized by an implementation deficit. The analysis of the data collected from the participants point of view reveals that the excessive dependency on the petroleum and the lack of reliable statistical data reduce the effectiveness of the public policies. Besides the scarcity of resources, it was also identified that the main barrier when it comes to sustainable development is the political fragility, which includes lack of enforcement and failure to comply with regulations. This causes a direct impact, such as insufficient basic sanitation and food insecurity, affecting mainly the environmental and social dimensions. In order to overcome these challenges, it is important to encourage a reform in the management of public resources, with economic diversification centered on family agriculture and the integration of social participation in the decision-making process. Only after these changes it would be possible to advance towards development and transform the social situation of the country in order to improve the living conditions of its citizens.

Keywords: Sustainable Development; Public Policies; Angola; Poverty and Hunger Eradication; Interdisciplinarity.

DOMINGOS, João Augusto. **Políticas para erradicar la pobreza y el hambre en Angola: un análisis de los desafíos, estrategias y oportunidades para el desarrollo sostenible.** 2026. 102f. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo, Universidad Estadual de Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2026.

RESUMEN

El concepto de desarrollo sostenible se ha convertido en un imperativo global, pero su aplicación en los países del Sur Global, específicamente en Angola, enfrenta desafíos históricos y estructurales complejos. Esta investigación tiene como objetivo analizar el panorama actual de las políticas públicas enfocadas en la erradicación de la pobreza (ODS 1) y el hambre (ODS 2) en Angola, identificando los desafíos, estrategias y oportunidades para el desarrollo sostenible. Esta investigación está vinculada al área de concentración Sociedad y Desarrollo del programa y se enmarca en la línea de investigación Formación Humana, Políticas Públicas y Producción del Espacio. Desde una perspectiva interdisciplinaria, involucrando la Demografía, la Geografía, la Sociología y las Políticas Públicas, el estudio adoptó un enfoque metodológico cualitativo, operacionalizado en tres etapas: revisión bibliográfica, análisis documental – con énfasis en el Plan Nacional de Desarrollo (PDN 2023-2027) – y entrevistas semiestructuradas con ocho profesionales angoleños de diferentes áreas. Los resultados ponen de relieve una diferencia entre lo estipulado en el marco jurídico vigente y lo que realmente ocurre en la práctica, marcada por una brecha de implementación. El análisis de los datos, combinado con las percepciones de los participantes, reveló que la excesiva dependencia del petróleo y la falta de datos estadísticos confiables limitan la efectividad de las políticas públicas. Más que la escasez de recursos, se identificó que la principal barrera para el desarrollo sostenible radica en la fragilidad de la dimensión política, expresada en la ausencia de supervisión y el incumplimiento de regulaciones y estándares. Esta situación genera impactos directos, como saneamiento básico inadecuado e inseguridad alimentaria, afectando especialmente las dimensiones ambiental y social. Por tanto, para superar estos desafíos es fundamental promover la reforma en la gestión de los recursos públicos, la diversificación económica con foco en la agricultura familiar y el fortalecimiento de la participación social en los procesos de toma de decisiones. Sólo con estos cambios será posible avanzar hacia un desarrollo capaz de transformar la realidad social del país y mejorar la vida de su población.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible; Políticas Públicas; Angola; Erradicación de la Pobreza y el Hambre; Interdisciplinariedad.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo dos Indicadores das ODS reportados por Angola	54
Tabela 2: Produção agrícola por província em Angola em 2024 (por mil toneladas).....	57
Tabela 3: Tempo de cada entrevista	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução dos marcos que influenciaram o pensamento sobre o desenvolvimento ..	27
Figura 2: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	30
Figura 3: Inter-relações entre as dimensões da sustentabilidade	35
Figura 4: Limites fronteiriços da Angola	39
Figura 5: Nova divisão político-administrativa da Angola	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais instrumentos de fomento produtivo e exploração sustentável em Angola	50
Quadro 2: Distanciamento entre diretrizes normativas e prática no setor agrícola	51
Quadro 3: Fatores que limitam a implementação das políticas de sustentabilidade em Angola	56
Quadro 4: Recuos que condicionam o desenvolvimento sustentável em Angola	59
Quadro 5: Aceleradores dos ODS, segundo o modelo iSDG	61
Quadro 6: Caracterização dos entrevistados	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Indicadores chaves para medir a agricultura sustentável em Angola (%).....	52
Gráfico 2: Alcance simulado dos ODS em 2030 por cenário de investimentos em Angola....	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DO DEBATE ACADÊMICO À PRÁTICA ..	25
2.1 Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável.....	26
2.2 Abordagem das principais reflexões que sustentam o debate acadêmico nas dimensões da sustentabilidade	31
2.3 Análise integrada das dimensões ambiental, econômica, social e política a partir de uma perspectiva interdisciplinar	35
3 DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA FOME EM ANGOLA: ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	38
3.1 Caracterização da Angola: um olhar ao lócus da pesquisa	38
3.3 Entre o marco normativo e a prática: desafios e perspectivas das diretrizes do PDN 2023 – 2027 para a agricultura sustentável.....	49
3.4 Desafios e oportunidades para a agricultura sustentável em Angola.....	53
4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA, DESAFIOS E PROJEÇÕES PARA O FUTURO.....	63
4.1 Dos pressupostos metodológicos	63
4.2 Perfil e características dos participantes da pesquisa.....	66
4.3 Das experiências da atuação no contexto da sustentabilidade em Angola	67
4.4 O ambiental, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes	69
4.5 O econômico, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes	71
4.6 O social, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes.....	75
4.7 O político, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes.....	78
4.8 Análise integrada das dimensões a partir da ótica dos participantes	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
APÊNDICES APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista.....	96
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	99

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, adotamos como conceito orientador de desenvolvimento sustentável aquele definido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme apresentado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Relatório Nosso Futuro Comum, 1991, p. 41). Essa definição, amplamente reconhecida e utilizada internacionalmente, fundamenta as discussões e análises realizadas ao longo dessa dissertação.

Além disso, destacamos que a noção de desenvolvimento sustentável, conforme discutida por Cesar e Silva (2023), envolve a conciliação entre eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Essa perspectiva, alinhada ao entendimento da ONU, orienta a abordagem interdisciplinar adotada, que busca integrar as dimensões ambiental, econômica, política e social no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento, especialmente em países do Sul Global.

Nesse sentido, a pesquisa parte da observação de que, após uma década da divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a cinco anos de seu prazo derradeiro, o progresso global de 50 por cento delas “é fraco e insuficiente, em 30 por cento estagnou ou retrocedeu” (Nações Unidas, 2023), no que certamente Angola não é exceção, especialmente se conduzirmos o olhar para as metas relacionadas à erradicação da pobreza e da fome. Contudo, observamos uma produção científica muito limitada voltada para os países periféricos, sobretudo os localizados na África Austral, que é uma das regiões do Sul Global.

Por essa razão, buscamos desenvolver uma pesquisa na região austral da África, especificamente em Angola. Conforme caracteriza Neto (2014, p. 25), “Angola é um país situado na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, no sudoeste da África”. Independente desde 1975, após mais de quatro séculos de colonização portuguesa, sua língua oficial é o português europeu, sendo também faladas diversas línguas africanas, como o kimbundu, o kikongo, o umbundo só para citar algumas.

Além disso, por motivos de várias ordens, que não pretendemos discutir aqui, por não constituírem o âmago da pesquisa, o país passou por uma nova reforma político-administrativa chamada DPA – Divisão Político-Administrativa.

Essa reforma, aprovada pela lei 14/24 de 5 de setembro, resultou na divisão de três (3) províncias em duas partes cada, passando de dezoito (18) para um total de vinte e uma (21) províncias.

O Relatório Nacional Voluntário 2021 Sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Angola tem como objetivo essencial, entre outros aspectos, criar uma estrutura integrada que permita a gestão sustentável dos recursos naturais, o fortalecimento da economia local, a promoção da inclusão social e a conservação da biodiversidade. Assim, busca-se aproveitar os consideráveis recursos naturais do país e o seu potencial para criar oportunidades para todos os seus cidadãos.

Por conseguinte, na última cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizada em 25 de setembro de 2019 em Nairóbi, apelou-se para um maior esforço por parte dos governos na implementação dos ODS, com vista à concretização da década de ação.

Os ODS, já àquela época, representavam uma grande oportunidade para os países melhorarem a qualidade de vida das suas populações até 2030. Entretanto, passados vinte e três (23) anos desde o fim do conflito civil, o país continua a enfrentar uma série de desafios socioeconômicos, apesar de ter registrado uma taxa de crescimento econômico, com uma média de mais de 10% anuais entre 2002 e 2010 (Rocha, 2011).

O rápido crescimento demográfico também tem vindo, de forma significativa, a contribuir para desacelerar o crescimento econômico. Ou seja, o predomínio de altas taxas de fecundidade (6,2 filhos por mulher) resultou numa estrutura etária muito jovem.

Os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2014) apontam que quase a metade (47,2%) da população tem menos de 15 anos, e estima-se que 100 angolanos em idade ativa (15-65 anos) sustentam 100 dependentes, compostos por crianças abaixo de 15 anos e idosos de 65 anos ou mais (INE, Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola, 2016).

Isso demonstra que todos estes desafios, aliados à pobreza, às desigualdades, à degradação ambiental, ao acesso limitado aos serviços básicos e à extrema dependência de um único setor da economia (receitas da exportação do petróleo), representam obstáculos significativos para se alcançar um desenvolvimento em Angola, que promova justiça social e contribua para o alcance das metas de erradicação da pobreza e da fome.

Tendo em conta o exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o panorama atual das políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza e da fome em Angola, identificando os desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Esse objetivo desdobra-se em três pontos específicos: a) avaliar o desenvolvimento sustentável a partir das dimensões ambiental, econômica, social e política por meio de uma abordagem interdisciplinar; b) investigar, com base no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023 – 2027) as estratégias de implementação das políticas para promoção da agricultura sustentável em Angola; e, por fim, c) compreender, a partir da percepção dos entrevistados, os desafios, estratégias e oportunidades relacionadas às políticas de desenvolvimento sustentável, com foco na concretização das ODS para a erradicação da pobreza e da fome.

Para tanto, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão problema: ***Como a análise das estratégias do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023 – 2027), aliada à percepção dos entrevistados, pode identificar os principais obstáculos, as oportunidades e caminhos para o desenvolvimento sustentável e a concretização das ODS de erradicação da pobreza e da fome em Angola?***

A escolha dessa temática é resultado da combinação entre uma paixão pessoal e experiências profissionais na área de população e desenvolvimento. Nascido e criado em Angola, cresci ouvindo que o meu país é muito rico em recursos naturais. No entanto, Angola encontra-se mergulhada num contexto de pobreza extrema, desigualdades, degradação ambiental, acesso limitado aos serviços básicos e à extrema dependência do petróleo.

Entretanto, tive a oportunidade de trabalhar em um projeto como oficial de monitoria e avaliação que visava a implementação de práticas sustentáveis em algumas localidades no interior da Angola, nomeadamente nas províncias do Huambo, Huíla e do Cuando Cubango, pela Organização Não Governamental (ONG) – Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), que permitiu-me entender que, ao abordar o desenvolvimento sustentável em Angola, é fundamental que se considerem as características específicas do país, como sua diversidade cultural, geográfica e socioeconômica.

Outrossim, vislumbramos nesta pesquisa uma oportunidade de reforçar meu compromisso com o desenvolvimento de Angola, fornecendo uma base científica sólida que possa servir de referência para formuladores de políticas, pesquisadores e a sociedade civil organizada. Acreditamos que a construção de um futuro sustentável para Angola depende de um esforço colaborativo e informado, e creio que essa dissertação possa contribuir positivamente para essa transformação.

Do ponto de vista científico, a pesquisa justifica-se pela importância de trazer um estudo aprofundado dos desafios e das oportunidades existentes na busca por desenvolvimento sustentável em Angola, que pode fornecer contribuições valiosas para a formulação de políticas e estratégias que considerem as dimensões social, econômica, política e ambiental de forma

integrada, visando alcançar um futuro sustentável, por um lado. Por outro lado, porque se verifica pouca produção acadêmica que trata sobre a implementação das políticas de desenvolvimento sustentável nos países do continente africano.

A relevância social desta pesquisa reside na necessidade de se analisar os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento sustentável em Angola, com o propósito de identificar os fatores que têm limitado ou impulsionado o progresso do país. Isso é especialmente importante em um cenário global onde a sustentabilidade é cada vez mais reconhecida como pilar essencial para o bem-estar humano. Além disso, o desenvolvimento sustentável em Angola está diretamente ligado à melhoria da qualidade de vida da população, especialmente das comunidades mais vulneráveis, que são frequentemente as mais afetadas pelas crises ambientais, econômicas, políticas e sociais.

A distribuição não equitativa da riqueza, a falta de infraestruturas básicas e os desafios no acesso à educação e saúde são questões que, se não forem abordadas de forma sustentável, podem perpetuar ciclos de pobreza e desigualdade. Assim sendo, a justificativa social desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de destacar como as políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza e da fome em Angola, podem promover a inclusão social, reduzir as desigualdades e melhorar o acesso e as oportunidades econômicas, especialmente para os grupos sociais mais vulneráveis.

A pesquisa enquadra-se na área de concentração “Sociedade e Desenvolvimento”. Esta área agrega pesquisas que tematizam a formação humana, buscando compreender suas relações com os processos socioculturais, as instituições, a proposição de políticas públicas e a produção e ocupação do espaço (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD, 2013)). Ela insere-se na linha de pesquisa 2: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Segundo o PPGSeD (2013), essa linha de pesquisa tem como objetivo compreender a formação humana [...], constituídos nas relações entre as políticas públicas e o espaço nas suas dimensões física, política, econômica e social. Enfoca as políticas públicas e o desenvolvimento, [...], pobreza e desigualdades sociais, compreendendo as influências de tais aspectos nos processos de produção e ocupação do espaço urbano e rural no contexto de uma economia nacional e globalizada.

Assim, a pesquisa adota a perspectiva interdisciplinar, articulando diálogos entre Demografia, Geografia, Sociologia e Políticas Públicas. No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, a demografia contribui para a compreensão da relação entre população e recursos naturais, bem como da pressão exercida sobre o meio ambiente e da

demanda por serviços básicos, como educação, saúde e saneamento. Por sua vez, a Geografia possibilita a análise do espaço e das interações entre ambiente e sociedade, sendo imprescindível para se entender os aspectos territoriais e ambientais do desenvolvimento local.

Além disso, a Sociologia dedica-se a examinar as dinâmicas sociais, os padrões de desigualdade e as estruturas de poder presentes em uma sociedade. No contexto angolano, essa disciplina é fundamental para entender de que maneira as relações sociais, tradições culturais e desigualdades - sejam econômicas, de gênero ou entre áreas rurais e urbanas – influenciam a implementação de políticas e o acesso a recursos.

Por fim, no que diz respeito ao estudo das políticas públicas, analisa-se como os governos elaboram, implementam e monitoram estratégias para alcançar objetivos, como o do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, essas disciplinas, consideradas em conjunto, fornecem uma abordagem interdisciplinar que permite uma análise dos desafios e oportunidades inerentes ao alcance do desenvolvimento sustentável em Angola.

Nesse sentido, Morin (2015) argumenta que a realidade é composta por múltiplas dimensões interligadas e que o pensamento reducionista, característico da modernidade, não consegue capturar essa complexidade. Ou seja, a abordagem que busca integrar diferentes saberes permite uma compreensão mais profunda e holística dos problemas complexos, como o do desenvolvimento sustentável.

Assim, as políticas de desenvolvimento sustentável que integram a dimensão social, econômica e ambiental abordadas segundo uma perspectiva interdisciplinar dialogando com a Demografia, Geografia, Sociologia e Políticas Públicas são fundamentais para orientar ações e investimentos que visam superar esses desafios e transformar a realidade socioeconômica e ambiental de Angola.

Percebemos que, com a contribuição de autores como, Morin (2003; 2015); Fazenda (2011; 2014); Santos (1996); Basso *et al.* (2015); Bicudo (2008); Pombo (2008) e Najmanovich (2008), o reconhecimento da importância dos conhecimentos de diferentes áreas para compreender as novas demandas e desafios nas sociedades contemporâneas tornou-se cada vez mais difundido.

Todavia, os conflitos decorrentes dessa aceitação persistem até os dias atuais. Nesse contexto, a integração de diversas disciplinas para elucidar problemas complexos, frequentemente denominada interdisciplinaridade, não é novidade.

Conforme destacam Basso *et al.* (2015, p. 16), “não é nova, tampouco são novos os conflitos e as tensões em relação à sua aceitação, uma vez que tais questões perpassam a história desde a Antiguidade clássica”. Esse entendimento dialoga com Morin (2015), pois observa-se

que sua obra, “Introdução ao pensamento complexo”, mantém estreita relação com a perspectiva interdisciplinar, visto que ambos propõem uma abordagem integrada do conhecimento, em contraposição à ciência tradicional.

Por sua vez, Bicudo (2008) realiza uma análise crítica acerca da tradição científica moderna, sustentada pela racionalidade cartesiana e pelos valores de exatidão, objetividade e neutralidade. Para a autora, tal visão disciplinar do conhecimento, que fragmenta a realidade em partes isoladas, mostra-se cada vez mais insuficiente para a compreensão dos fenômenos complexos do mundo contemporâneo.

Diante disso, a interdisciplinaridade emerge como resposta às limitações do paradigma disciplinar. Mais do que uma simples intersecção entre áreas, ela exige uma nova postura diante do conhecimento - fundamentada na intersubjetividade, na historicidade, na linguagem e na ética do reconhecimento do outro (Bicudo, 2008). Segundo a autora, essa abordagem rompe com a ideia de uma verdade única e absoluta, valorizando o conhecimento como processo dinâmico, situado e relacional.

No entanto, Bicudo (2008) alerta que a interdisciplinaridade, se não for criticamente compreendida, pode acabar se institucionalizando como nova disciplina, reproduzindo, assim, os vícios que pretende superar. Por essa razão, “propõe-se o avanço em direção à transdisciplinaridade e ao transfazer” - uma prática investigativa que transcende os limites disciplinares e acolhe a complexidade, a criatividade e o compromisso com a transformação social e cultural (Bicudo, 2008, p. 148). Para ela, nessa perspectiva, a interdisciplinaridade constitui-se em um convite à construção coletiva do saber, fundamentada na abertura, no diálogo e no respeito à pluralidade dos modos de conhecer e interpretar o mundo.

Complementarmente, Pombo (2008) propõe uma visão crítica da interdisciplinaridade, defendendo que ela emerge de uma crise na racionalidade moderna e na estrutura tradicional do saber disciplinar. Para esta autora, a interdisciplinaridade não deve ser compreendida como simples articulação entre áreas do conhecimento, mas como uma exigência epistêmica que reflete a complexidade do mundo contemporâneo.

Ao denunciar as formas reducionistas de aplicar a interdisciplinaridade como técnica ou estratégia didática, ela propõe uma reflexão mais crítica: ser interdisciplinar é aceitar o desafio do inacabado, do múltiplo e do relacional (Pombo, 2008). Essa prática exige coragem intelectual, humildade e compromisso com a transformação do conhecimento e da sociedade.

Assim, longe de oferecer soluções prontas, a interdisciplinaridade é um processo sempre em construção, cuja potência reside em sua abertura ao outro e ao imprevisível. Além disso, a superespecialização em vez de iluminar pode obscurecer o global e o essencial, uma vez que

“os problemas essenciais nunca são percebíveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais” (Morin, 2003 p. 14).

Tem-se então que a perspectiva interdisciplinar, conforme problematiza Pombo (2008), não representa uma resposta pronta, mas sim uma “[...] realidade nova que exige de nós a capacidade para encontrar formas mais alargadas de pensar [...]” (Pombo, 2008 p. 24). Essa visão é apoiada por Fazenda (2011, p. 11), que defende que a “interdisciplinaridade requer abertura, respeito, espera e humildade”. Ela acrescenta que um projeto interdisciplinar só é possível quando nasce de um *lócus* bem delimitado, ou seja, do reconhecimento do território, do tempo e da experiência histórica do sujeito envolvido.

No mesmo sentido, Najmanovich (2008) propõe uma visão crítica e inovadora da interdisciplinaridade, concebendo-a como prática dialógica e criativa que emerge da crise dos paradigmas tradicionais da ciência moderna. Para a autora, o conceito de disciplina não é neutro, pois implica não apenas uma forma de organização do saber, mas também um mecanismo de controle e normatização institucional. Ao buscar estabilidade, objetividade e pureza conceitual, a disciplinaridade termina por engessar o conhecimento, afastando-o da complexidade e vitalidade dos problemas reais.

Ainda de acordo com Najmanovich (2008, p. 143), é necessário compreender que a complexidade de pensar a subjetividade “excede largamente la competencia de un solo grupo disciplinario y que el diálogo interdisciplinario no es una herramienta más, sino un desafío imprescindible”. Em vez de buscar sínteses totalizadoras, defende-se o reconhecimento da diferença como potência criadora e o abandono do “totalitarismo monológico”, que pressupõe uma única verdade ou método válido. No entendimento da Najmanovich (2008), o conhecimento não é reflexo objetivo do mundo, mas sim uma construção relacional, que ocorre no espaço entre sujeitos, saberes e experiências.

A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, é um convite à desterritorialização do saber, promovendo uma abertura ética e epistemológica para formas inéditas de pensar, sentir e conhecer (Alvarenga *et al.*, 2011). O objetivo não é integrar ou fundir disciplinas, mas criar um espaço de fertilização cruzada, onde o diálogo entre diferentes saberes gera novas metáforas, categorias e compreensões do mundo, pois, como defende Santos (1996, p. 111), “uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade confusa, incapaz de permitir uma definição correta das suas partes”.

Por fim, Tordini (2014, p. 23) defende que “na interdisciplinaridade, o movimento é centrípeto, sem aspirar, porém, à unificação dos saberes, mas à integração deles: não por soma ou justaposição, mas por amálgama e multiplicação”.

Essa concepção emerge no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, como resposta à fragmentação do saber e à necessidade de uma nova lógica educacional capaz de integrar experiências, saberes e sujeitos (Fazenda, 2014).

A autora pontua que a interdisciplinaridade “exige humildade, respeito, espera, coerência e desapego, sustentando-se em uma prática reflexiva baseada na escuta, na memória e na subjetividade” (Fazenda, 2011, p. 11). Valoriza-se, ainda, o papel do professor como pesquisador, capaz de desenvolver diferentes competências - intuitiva, prática, emocional e intelectual – para lidar com a complexidade da realidade educacional (Fazenda, 2014).

Fazenda (2011, p. 11) também ressalta o “caráter ambíguo e não linear do processo interdisciplinar, que se ancora em vestígios e metáforas”, e não em métodos rígidos. Para a autora, a “interdisciplinaridade é uma nova atitude frente à questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos colocando-os em questão” (Fazenda, 2011, p. 11). Assim, a perspectiva interdisciplinar configura-se como resistência à fragmentação do conhecimento, do ser humano e da vida, exigindo um novo olhar sobre a prática pedagógica e a formação docente, enraizado no contexto e na história de cada sujeito.

Sob uma perspectiva interdisciplinar, que dialoga com a Demografia, Geografia, Sociologia e Políticas Públicas, o estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, operacionalizada em três etapas: revisão bibliográfica, análise documental – com ênfase no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023 – 2027) - e a realização de entrevistas semiestruturadas com oito profissionais angolanos de diferentes áreas de atuação.

Essa escolha metodológica é justificada pela complexidade inerente ao objeto de estudo, pois, conforme Minayo (2002, p. 21-22) afirma, a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Assim, primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica a partir dos bancos de dados das plataformas Capes, Scielo e Google acadêmico, com base nas seguintes palavras-chave: interdisciplinaridade, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, dimensões da sustentabilidade, a partir de periódicos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros, de modo a construir o aporte teórico que fundamenta a análise.

A próxima fase foi constituída por pesquisa documental. Conforme enfatiza Gil (2008, p. 45), esse procedimento é caracterizado pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Desse modo, os principais documentos analisados foram: o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN, 2023-2027); o Mapa do Investimento Sustentável de Angola; a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (INAC, 2018-2030); a Estratégia a Longo Prazo Angola 2050; e a Estratégia de Combate à Pobreza de Angola (ECP).

Por fim, foram conduzidas entrevistas com oito (08) profissionais angolanos, selecionados com recurso à técnica da escolha intencional mediante o interesse dos participantes. É relevante destacar que todos os preceitos éticos estão amparados no Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná por meio do número: 84092224.4.0000.9247. Assim sendo, estas entrevistas foram realizadas por videochamada por meio de um roteiro de questões (Apêndice I), abordando as dimensões social, econômica, ambiental e política. Para melhor esclarecimento do (a) caro (a) leitor (a), todo o processo relativo à pesquisa *in lócus* será detalhado na subseção 4.1.

Ao fim, a dissertação foi organizada nas seguintes seções: (i) Introdução; (ii) Desenvolvimento sustentável: do debate acadêmico à prática; (iii) Da formulação das políticas públicas de erradicação da pobreza e da fome em Angola: acelerando o desenvolvimento sustentável? (iv) Desenvolvimento sustentável em Angola, desafios e projeções para o futuro: o que pensam os participantes da pesquisa? (v) considerações finais.

A segunda seção, intitulada “Desenvolvimento sustentável: do debate acadêmico à prática”, objetivou avaliar o desenvolvimento sustentável a partir das dimensões ambiental, econômica, social e política por meio de uma abordagem interdisciplinar.

Para tanto, inicia-se com uma abordagem histórica, enfatizando a importância do ecodesenvolvimento para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como conhecemos hoje. Em seguida, são apresentadas as principais reflexões acadêmicas em torno das quatro dimensões: ambiental, econômica, social e política. Por fim, foram analisadas de forma integrada as quatro dimensões, buscando trazer uma visão abrangente, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para superar os desafios do desenvolvimento sustentável.

A terceira seção, intitulada “Da formulação das políticas públicas para a erradicação da pobreza e da fome em Angola: acelerando o desenvolvimento sustentável?”, objetivou investigar, com base no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023 - 2027) as estratégias de implementação das políticas para promoção da agricultura sustentável em Angola.

Partindo da compreensão de que o desenvolvimento sustentável requer articulação entre diferentes dimensões, esta seção examina como o país tem estruturado suas políticas públicas nesse campo, considerando os desafios, estratégias e oportunidades, sobretudo no que diz respeito à erradicação da pobreza e da fome. Para tanto, a seção se inicia a partir de uma caracterização do país, com o intuito de contextualizar histórica, geográfica, social e economicamente o *lócus* da pesquisa. Em seguida, trata do marco legal e institucional das políticas públicas relacionadas à agricultura sustentável, com destaque para os principais instrumentos normativos que orientam a ação do Estado angolano, discutindo os programas e planejamentos estratégicos adotados para a erradicação da pobreza e da fome. Por fim, é proposta uma reflexão sobre como evoluem os processos de formulação de políticas públicas no país.

A quarta seção, intitulada “Desenvolvimento sustentável em Angola, desafios e projeções para o futuro”, objetivou compreender o desenvolvimento sustentável em Angola, identificando os desafios e projeções para o futuro a partir das dimensões ambiental, social, econômica e política, tendo em vista a concretização das metas das ODS 1 e 2. Esta seção tem como propósito apresentar e discutir os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com oito (08) profissionais angolanos, cuja experiência e trajetória profissional estão diretamente ligadas à temática. Desse modo, a análise está estruturada em cinco subseções que abordam as diferentes dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social e política), além da caracterização do perfil dos participantes.

Essa estrutura visa proporcionar uma compreensão interdisciplinar do fenômeno em estudo, respeitando a complexidade do tema e valorizando as vozes daqueles que vivenciam e refletem criticamente sobre as dinâmicas das políticas públicas voltadas as ODS.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DO DEBATE ACADÊMICO À PRÁTICA

O conceito de Desenvolvimento Sustentável emergiu como uma resposta imperativa à necessidade global de equilibrar o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social.

A definição mais amplamente aceita e que norteia explicitamente esta pesquisa, surgiu com o histórico “Relatório Nosso Futuro Comum” (também conhecido como Relatório Brundtland), apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987.

Esse documento definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Relatório Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46).

A trajetória do conceito, contudo, é marcada por um intenso debate acadêmico e político. Se, por um lado, o ecodesenvolvimento – introduzido nos anos 1960 e 1970 como crítica aos modelos desenvolvimentistas tradicionais – pavimentou o caminho ao trazer no centro das discussões a proteção ambiental e a justiça social, por outro lado, a própria noção de desenvolvimento sustentável que o sucedeu não está isenta de críticas.

Contudo, esta pesquisa assume o conceito proposto pela ONU como ponto de partida e orientador, reconhecendo o poder deste órgão, em estabelecer uma agenda global comum, conforme evidenciado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Importa ressaltar que a opção por esse conceito não ignora as críticas, mas as incorpora como alertas para a análise, particularmente no que se refere aos riscos de implementação do desenvolvimento sustentável de forma fragmentada, tecnocrática ou desvinculada das realidades locais.

Dessa forma, esta seção tem como objetivo avaliar o desenvolvimento sustentável a partir de suas quatro dimensões constitutivas: ambiental, econômica, social e política, utilizando uma abordagem essencialmente interdisciplinar. Para isso, ela se inicia com uma perspectiva histórica, destacando a relevância do ecodesenvolvimento na consolidação do conceito.

Na sequência, são apresentadas as principais reflexões acadêmicas relacionadas às quatro dimensões mencionadas. Por fim, as quatro dimensões são integradas com o propósito de oferecer uma visão abrangente, enfatizando a importância de uma abordagem holística para superar os desafios do desenvolvimento sustentável, notadamente no contexto angolano.

2.1 Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável

O ecodesenvolvimento, enquanto uma alternativa ao modelo desenvolvimentista da época, foi introduzido no debate acadêmico em um momento crucial, marcado por crises socioambientais que desafiaram os modelos tradicionais, especialmente a partir dos anos de 1960 e 1970. Segundo Lopes *et al.* (2017), o século XX conheceu grandes avanços científicos e conquistas tecnológicas que levaram a humanidade a um novo patamar de produção e consumo. Entretanto, o crescimento demográfico sem precedente em escala planetária, somado à necessidade de consumo cada vez mais crescente dessa população, deu lugar ao aumento da industrialização que, conseqüentemente, culminou com o uso desenfreado dos recursos naturais.

Até meados do século XX, mais precisamente em 1950, o desenvolvimento era amplamente associado ao crescimento econômico, considerado como sinônimo de progresso. No entanto, essa visão simplista começou a ser questionada devido aos impactos negativos que gerava, tanto no meio ambiente quanto nas sociedades. Conforme Camargo (2002), isso resultou em diversos problemas ambientais decorrentes, principalmente, da exploração dos recursos naturais.

Entre esses problemas se destacam: “a poluição das águas, a poluição da atmosfera, a degradação de florestas, os danos à camada do ozônio, o aquecimento global, a erosão dos solos, a desertificação, a deterioração dos habitats das espécies, a perda da biodiversidade e o acúmulo de lixo tóxico” (Camargo, 2002, p. 35-38).

Esses problemas evidenciaram os limites dos modelos econômicos convencionais e, conseqüentemente, trouxeram à tona a urgência de uma reflexão mais ampla sobre o conceito de desenvolvimento. É nesse contexto que emerge, em âmbito global, a discussão sobre a interdependência entre desenvolvimento e meio ambiente. Tal discussão culmina na formulação do conceito de ecodesenvolvimento, que propõe integrar a dimensão ambiental ao desenvolvimento, buscando soluções que respeitassem os limites ecológicos e promovessem o bem-estar humano.

O ecodesenvolvimento se apresenta, assim, como uma resposta inovadora às crises ambientais e sociais da época, marcando uma transição pioneira no entendimento sobre o desenvolvimento. Foi a percepção desses limites biofísicos e sociais que solidificou o conceito de desenvolvimento sustentável como o paradigma que é compreendido atualmente, conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1: Evolução dos marcos que influenciaram o pensamento sobre o desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Segundo Araújo *et al.*, (2017, p. 79), “o conceito de ecodesenvolvimento surgiu da preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população, e logo após foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável”. Camargo (2002) destaca que nesse período, os debates foram fortemente influenciados por uma preocupação com os limites do crescimento, conforme apresentado no relatório do Clube de Roma¹ e pela necessidade de adaptar os modelos de desenvolvimento às realidades locais, considerando tanto a preservação ambiental quanto a justiça social.

¹ O Clube de Roma foi uma organização fundada em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei, em uma cerimônia realizada na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, na Itália (Oliveira, 2012). O grupo surgiu como uma articulação informal composta inicialmente por trinta economistas, cientistas, educadores e industriais, expandindo-se para 75 membros de 25 países em 1970, incluindo personalidades notáveis como Mikhail Gorbachev, o rei Juan Carlos I da Espanha e o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (Oliveira, 2012). Com o financiamento de grandes corporações e fundações, como a Fundação Volkswagen, a Royal Dutch Shell e a própria Fundação Rockefeller, o objetivo do Clube era repensar o sistema global e incentivar novas atitudes para enfrentar problemas mundiais, com foco especial no combate à degradação ambiental sob uma ótica industrial dominante. A organização tornou-se mundialmente conhecida ao encomendar ao MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) um estudo baseado em modelos informáticos sobre as tendências ambientais do mundo, que resultou na publicação do relatório *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento) em 1972. O estudo apresentou conclusões alarmistas, prevendo que, se as tendências de crescimento populacional e industrial fossem mantidas, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos. Para evitar esse colapso, o Clube de Roma defendeu a tese do crescimento zero, propondo a estabilização econômico-ecológica por meio do controle rigoroso da natalidade e da redução drástica do consumo de matérias-primas.

O termo ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez por Maurice Strong, secretário geral da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo em 1972 (Araújo *et al.*, 2017).

Porém, sua maior popularidade deve-se a Ignacy Sachs, a partir de 1974, o qual deu a formulação dos princípios básicos dessa nova proposição de desenvolvimento, assente nos seguintes pressupostos, conforme indicam Araújo *et al* (2017):

[...] satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e os programas de educação (Araújo *et al*, 2017, p. 4).

No entanto, como disserta Lopes *et al.*, (2017, p. 4), “o tom político centrado no pensamento de emancipação dos pobres e a dificuldade de criar um ambiente de diálogos que transformassem os discursos teóricos em ações práticas resultou no abandono do termo ecodesenvolvimento alguns anos mais tarde”. Para esses autores, a dificuldade de conciliar interesses considerados antagônicos na época: o crescimento econômico frequentemente priorizado pelos governos e a preservação ambiental, defendida por grupos de ambientalistas e acadêmicos, em soluções efetivas marcaram o restante da década e um caminho mais favorável voltou a apontar na década de 1980.

A década de 1980 marcou o retorno da discussão em escala planetária sobre desenvolvimento e meio ambiente, com a criação, em 1983, da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). De acordo com Kovalski (2016, p. 111), a principal missão dessa comissão foi “examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis para a solução dos problemas existentes”. A Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) não apenas revitalizou o debate global, mas também consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como uma proposta que buscava superar os desafios e as limitações enfrentadas pelos princípios que fundamentavam o conceito de ecodesenvolvimento.

Assim, a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, foi um marco nesse processo, ao definir desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Relatório Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46). Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável emerge como um conceito-chave nas discussões sobre progresso

humano. Segundo Tayra e Ribeiro (2005), a gênese desse conceito remonta ao século XIX, com as ideias de Guifford Pinchot sobre a conservação dos recursos naturais.

Porém, foi a partir da década de 1970, com a Conferência de Estocolmo, posteriormente com o Relatório Brundtland (também conhecido como “Nosso Futuro Comum”) em 1987, e mais tarde com a (Rio-92) em 1992, que se consolidou a ideia de que o crescimento econômico deve ser conciliado com a conservação ambiental e a justiça social. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 (1992), representou o maior evento da ONU no final do século XX, reunindo 178 países para estabelecer um tratado mundial em prol do desenvolvimento sustentável (Medeiros e Costa, 2025).

Como um dos principais resultados desse encontro, instituiu-se a Agenda 21, um abrangente Plano de Ação para a sustentabilidade humana subscrito por 170 países, que propõe uma revisão das práticas predatórias em favor da equidade e da conservação dos recursos naturais (Medeiros e Costa, 2025). Ademais, Tayra e Ribeiro (2005) destacam que o Relatório Brundtland foi um marco relevante ao trazer um conceito de desenvolvimento sustentável que reuniu maior consenso, seja por parte dos governos, como de grupos de ambientalistas. Esses autores acrescentam que esse conceito incorporou os princípios de equidade social e proteção ambiental, ao reconhecer que a pobreza e a degradação ambiental estão interligadas.

Entretanto, o conceito se tornou alvo de disputas, tanto na esfera política quanto no campo acadêmico, o que gerou reflexões críticas sobre seus limites e possibilidades. Para Veiga e Zats (2008), a complexidade do tema reside na necessidade de integrar diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social e política. Esses autores defendem que, no debate acadêmico, essas dimensões são frequentemente tratadas de forma fragmentada; contudo, o desafio está em compreender suas inter-relações.

Nesse sentido, esse conceito tem passado por uma evolução significativa no debate acadêmico, ampliando o foco para uma perspectiva interdisciplinar que integra as dimensões da sustentabilidade de maneira interdependente. Assim, a Agenda 2030 é estabelecida como um plano de ação abrangente voltado para as pessoas, o planeta e a prosperidade, fundamentando-se na premissa de que a erradicação da pobreza é o maior desafio global e um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável como se pode observar na figura 2.

Conforme indica Miranda *et al.* (2021), os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas são analisados como elementos integrados, indivisíveis e equilibrados, abrangendo as dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Essa estrutura exige uma visão sistêmica, na qual o alcance de objetivos específicos, como o ODS 16

(Paz, Justiça e Instituições eficazes), depende diretamente da efetivação dos objetivos anteriores e do enfrentamento das assimetrias provocadas pelo modo de produção do sistema capitalista.

Figura 2: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ROEEE – UFSC (2022). Disponível em: <https://roeee.ufsc.br/sobre/>. Acesso em 20 set 2025.

Desse modo, a discussão acadêmica muitas vezes destaca a transversalidade de temas como a igualdade de gênero (ODS 5), considerada base para um mundo pacífico e sustentável, e a necessidade de desconstruir papéis tradicionais por meio da educação (Miranda *et al.*, 2021). Por outro lado, uma crítica é feita ao papel das instituições de ensino superior, especialmente aos programas de pós-graduação, que devem atuar como protagonistas na formação de competências para a sustentabilidade e na produção de conhecimento que gerem o impacto ecossocioeconômico real.

A universidade é vista como um laboratório para soluções interdisciplinares que conectam a pesquisa científica aos problemas atuais, fortalecendo os meios de implementação e as parcerias necessárias para a Agenda 21 (ODS 17).

Assim, a implementação dos ODS não é apenas uma meta técnica, mas um compromisso ético e político que demanda a colaboração estreita entre o Estado, as universidades e a sociedade para transformar realidades mais vulneráveis. Essa ampliação

reflete a necessidade de compreender os desafios do desenvolvimento sustentável sob múltiplas perspectivas, corroborando que a superação dos problemas socioambientais exige soluções integradas e contextualizadas, conforme se verá a seguir.

2.2 Abordagem das principais reflexões que sustentam o debate acadêmico nas dimensões da sustentabilidade

Em vista dos grandes problemas ambientais enfrentados atualmente, a palavra “sustentabilidade” tem, ao longo do tempo, ganhado destaque no cenário mundial. Essa trajetória pode ser compreendida a partir de uma evolução histórica que remonta à Revolução Industrial, quando o modelo de desenvolvimento passou a priorizar o crescimento econômico em detrimento da proteção ambiental, gerando impactos como a poluição do ar, da água e do solo, além da concentração populacional e dos problemas sociais oriundos delas (Pereira, 2009).

Nesse contexto, conforme aponta Moraes (2019, p. 33), “o debate sobre sustentabilidade pode ser observado na evolução da discussão do tema desenvolvimento sustentável por meio da inclusão de questões ambientais em seus objetivos”.

Segundo esse autor, o marco inicial dessa inclusão ocorreu no início dos anos 1960, período em que as políticas de desenvolvimento predominantes no Pós-Segunda Guerra, focadas no crescimento econômico e na expansão de modelos tecnocráticos, começaram a ser mais intensamente questionadas.

Contudo, percebemos que o debate sobre a sustentabilidade é um campo plural e, por vezes, contraditório, marcado por diferentes interpretações e aplicações. Para Pereira (2009) não existe um conceito único de desenvolvimento sustentável, mas sim uma ideia central que integra três pilares fundamentais: crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social, que devem coexistir em equilíbrio dinâmico.

Esse tripé da sustentabilidade, representa a base conceitual que orienta a noção de que é possível satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras, satisfazer as suas próprias necessidades (Relatório Nosso Futuro Comum, 1991). Daí que nessa pesquisa, assumimos como fio orientador o conceito da ONU sobre desenvolvimento sustentável, ideia, amplamente operacionalizada internacionalmente pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030.

Vale ressaltar, que essa posição, se justifica não só pela amplitude internacional desse conceito, mas também pelo seu caráter integrador, que reconhece a necessidade de uma ação coletiva global. Como afirma a Agenda 21, citada por Pereira (2009, p. 121) “nação alguma

pode atingir sozinha a sustentabilidade; é necessária uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável”.

Essa perspectiva é particularmente relevante ao considerarmos as diferenças estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ou seja, segundo o relatório Panorama Global de Recursos (2024) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), países de baixa renda geram dez vezes menos impactos climáticos do que os países ricos, que concentram os maiores níveis de consumo e são responsáveis por mais de 60% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Essa constatação evidencia que a sustentabilidade não pode ser alcançada sem uma repartição diferenciada de responsabilidades e uma cooperação internacional que apoie a transferência de tecnologias limpas e a equidade social.

No entanto, essa posição, não ignora as críticas substantivas que lhe são dirigidas. Por exemplo, autores como Boff (2016) e Veiga (2010) alertam para o uso esvaziado e por vezes oportunista dos termos ‘sustentabilidade’ e ‘sustentável’, capturados por uma lógica de mercado e marketing verde, que pode mascarar a persistência de práticas predatórias.

Da mesma forma, Veiga e Zats (2008, p. 36) observam que, “até o final dos anos 1970, sustentabilidade era uma noção utilizada apenas no campo da Biologia, especialmente por pesquisadores especializados em Biologia Populacional”.

Esses cientistas buscavam determinar, por exemplo, em que momento uma atividade extrativa – como a pesca – ultrapassava os limites de reprodução de uma espécie. Trata-se de uma abordagem muito mais precisa e rígida do que aquela que passou a ser adotada posteriormente nos campos político e econômico.

Assim, superar a tensão entre a adoção institucional do conceito e as críticas à sua banalização exige, como aponta Arantes (2019), reconhecer o caráter consensual e integrador alcançado pela formulação da ONU. Segundo esse autor, o grande mérito do desenvolvimento sustentável está justamente na tentativa de estabelecer uma visão sistêmica, representada pelo tripé da sustentabilidade – econômico, social e ambiental –, posteriormente ampliado para incluir as dimensões cultural e política.

Nesta pesquisa, adotamos como fio condutor o ‘caminho do meio’ proposto por Veiga (2010), que rejeita tanto o otimismo tecnocrático – que acredita na solução automática dos problemas pelo mercado – quanto o catastrofismo paralisante. Em vez disso, buscamos uma racionalidade capaz de harmonizar o progresso humano com os limites do planeta.

Assim, a sustentabilidade deve ser entendida como um fenômeno complexo e multidimensional, no qual as diferentes dimensões se entrelaçam e se influenciam mutuamente, e não como a simples soma de partes isoladas.

A dimensão ambiental, por exemplo, constitui o alicerce biofísico indispensável para qualquer projeto civilizatório, sendo, como destacam Maglio e Junior (2019), uma questão de ‘vida ou morte’ para a humanidade. Longe de ser um tema restrito a setores específicos, o meio ambiente representa o pano de fundo que pode viabilizar ou impedir o desenvolvimento de uma sociedade. No entanto, a proteção ambiental vai além de soluções técnicas: trata-se de um desafio profundamente político e cultural, que exige, conforme Arantes (2019), a integração de valores, saberes e modos de vida capazes de transformar a relação entre sociedade e natureza.

Da mesma forma, a dimensão econômica não pode ser dissociada dessa base ecológica. O pensamento de Sachs (2002), ao abordar a superação dos extremos na Conferência de Estocolmo, ilustra a busca por uma nova racionalidade. A crítica ao crescimento econômico como objetivo único, feita por Costa e Favareto (2023) e pelo próprio relatório Limites do Crescimento, reforça a necessidade de novos indicadores que considerem o bem-estar, a equidade e a eficiência no uso dos recursos, orientando-se para modelos como a economia circular. Assim, a sustentabilidade econômica, é aquela que incorpora os custos socioambientais, promove a justiça entre gerações e opera sempre dentro dos limites impostos pelos ecossistemas.

Conforme Gomes e Ferreira (2018), o modelo econômico atual, baseia-se em uma lógica voraz e insustentável, que favorece a acumulação em detrimento da qualidade de vida. Essa lógica é resultado de um processo histórico de degradação ambiental financiado pelo capitalismo e legitimado por discursos de progresso desvinculados da realidade ecológica.

Por sua vez, a sustentabilidade econômica exige a adoção de novos indicadores de crescimento, que vão além do PIB e considerem critérios como equidade, bem-estar social, eficiência energética e qualidade ambiental.

Essas diferentes perspectivas reforçam a crítica de que a dimensão econômica da sustentabilidade não pode ser tratada de forma isolada. Ou seja, a dissociação entre crescimento econômico e os impactos socioambientais constitui um erro metodológico e político, pois desconsidera que as externalidades ambientais geradas pelas atividades produtivas recaem, sobretudo, sobre populações mais vulneráveis, aprofundando desigualdades e compromissos intergeracionais. Essa visão é apoiada, por estudos como o de Costa e Favareto (2023, p. 11-12), que demonstram, que “a concentração de riqueza em determinadas regiões nem sempre resulta em uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos. Pelo contrário, algumas

áreas de alto dinamismo econômico apresentam índices elevados de desigualdades e não levam em conta a dimensão ambiental”.

Desse modo, corroborando com os “catastrofistas”, o Relatório do Clube de Roma – Limites ao crescimento – já advertia sobre o esgotamento dos recursos naturais e os riscos de um modelo econômico que ignora os limites ecológicos do planeta (Peçanha *et al.*, 2012).

Por sua vez, Sachs (2002, p. 50-51) indica que durante a preparação da Conferência de Estocolmo, “duas posições diametralmente opostas foram assumidas pelos que previam abundância e pelos catastrofistas”. Para Sachs (2002), os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos. Do lado oposto, os pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico – ou, pelo menos, o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados.

No entanto, Sachs (2002) argumenta que no encontro de Founex², mais tarde, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições extremas foram descartadas. Assim sendo, a dimensão econômica da sustentabilidade busca uma racionalidade que integre economia e ecologia. É nesse contexto que surge o conceito de economia circular, como alternativa ao modelo linear de produção. Esse novo paradigma busca a eficiência energética, a redução da pegada ecológica e a valorização do uso sustentável de recursos naturais (Vier *et al.*, 2021).

Entretanto, como destaca Leitão (2015), a transição para esse modelo encontra resistências políticas e econômicas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais. Por conseguinte, a dimensão econômica da sustentabilidade está profundamente vinculada ao ideal de justiça intergeracional, isto é, à responsabilidade de garantir condições dignas de vida às gerações futuras. Isso implica repensar o consumo, reequilibrar a distribuição de riqueza e fortalecer a participação social na tomada de decisões econômicas e ambientais. Essa visão integrada é essencial, pois, como afirmam Gomes e Ferreira (2018), o verdadeiro desenvolvimento sustentável é aquele que equilibra os interesses do presente sem comprometer os direitos do futuro. Trata-se de reconhecer que as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade não são compartimentos estanques, mas galhos de uma mesma árvore.

² O encontro de Founex foi uma reunião de especialistas realizada em junho de 1971 na cidade de Founex, na Suíça. Tratou-se de uma conferência preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. O objetivo da Founex foi construir uma ponte entre os países desenvolvidos (preocupados com a poluição e a degradação ambiental) e os países em desenvolvimento (que priorizavam o crescimento econômico) (Silva, 2020).

Assim sendo, essa interdependência exige uma abordagem sistemática, pois a dimensão econômica deve ser pensada de forma integrada às esferas social, ambiental e política. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar um modelo que compromete não apenas o presente, mas também a viabilidade da vida no planeta para as gerações futuras, como ocorreu tragicamente com os habitantes da Ilha de Páscoa. Daí que em seguida, se faz necessário aprofundar a análise da interdependência entre essas dimensões e suas inter-relações.

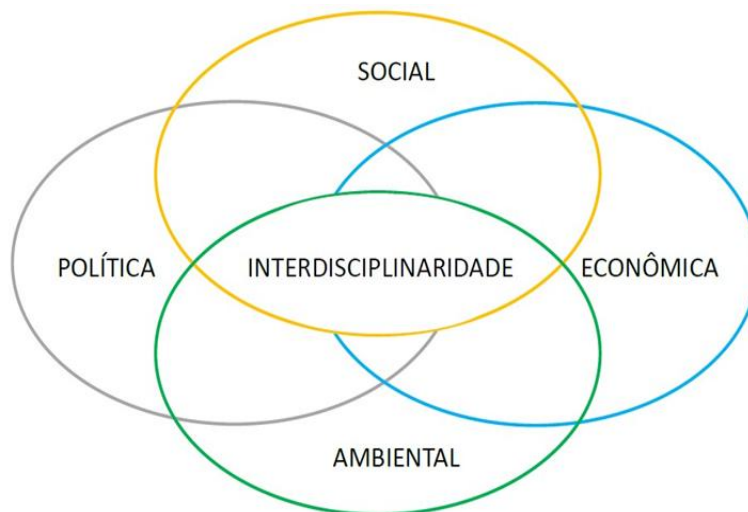
2.3 Análise integrada das dimensões ambiental, econômica, social e política a partir de uma perspectiva interdisciplinar

Em diálogo com Morin (2015), podemos perceber que seu texto “Introdução ao pensamento complexo”, está intimamente ligado à perspectiva interdisciplinar. Pois, ambos propõem uma abordagem integrada do conhecimento, em contraposição à ciência tradicional.

Essa crítica é igualmente sustentada por Leff (2001) em sua obra “Epistemologia ambiental”, na qual indica que os desafios contemporâneos – em especial os ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento – não podem ser devidamente compreendidos ou enfrentados sem o recurso à interconexão de saberes diversos.

Do mesmo modo, Fazenda (2011, p. 11) afirma que “a interdisciplinaridade permite-nos olhar o que não se mostra e intuir alcançar o que ainda não se consegue, mas esse olhar exige uma disciplina própria capaz de ler nas entrelinhas. Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade requer abertura, respeito, espera e humildade – princípios que são imprescindíveis para a construção de práticas sustentáveis em contextos concretos e plurais. É necessário mobilizar um olhar interdisciplinar que considere, de forma articulada e interdependente, as dimensões da sustentabilidade, conforme mostra a figura 3.

Figura 3: Inter-relações entre as dimensões da sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Fazenda (2011) destaca que um projeto interdisciplinar só é possível quando nasce de um *locus* bem delimitado, ou seja, do reconhecimento do território, do tempo e da experiência histórica do sujeito envolvido. Nesse sentido, no contexto do desenvolvimento sustentável, por exemplo, não basta analisá-lo apenas sob um viés econômico e/ou ecológico de forma fragmentada.

A compreensão de problemas complexos, como é o caso do desenvolvimento sustentável, conforme defende Morin (2015), exige uma abordagem que conecte saberes e campos disciplinares. Essa perspectiva também é defendida por Leff (2001), ao afirmar que:

[...] a diversidade e a complexidade dos processos que intervêm na problemática ambiental do desenvolvimento propõem a necessidade de integrar diversos campos do conhecimento científico e técnico para seu diagnóstico e para construir uma racionalidade ecotecnológica de produção (Leff, 2001, p. 95).

Segundo este autor, estas práticas interdisciplinares,

[...] entendidas como a seleção de variáveis e dimensões significativas para apreender uma problemática a partir dos enfoques de diferentes disciplinas, são necessárias para o diagnóstico da articulação dos efeitos gerados pela convergência dos fenômenos naturais, de fatores tecnológicos, de mecanismos econômicos e de condições políticas e institucionais sobre uma problemática ambiental” (Leff, 2001, p. 95).

A partir da epistemologia ambiental, conforme discutido por Leff (2001), entendemos que o meio ambiente não pode ser tratado como uma instância separada da realidade social e política. O meio ambiente torna-se um campo de articulação entre saberes, práticas e racionalidades que desafiam os limites tradicionais da ciência moderna.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só pode ser efetivamente pensado e implementado por meio de um diálogo entre diferentes áreas do saber - como a ecologia, a economia, a sociologia, o direito e a política (só para citar algumas) - que permitam construir soluções sistêmicas, democráticas e resilientes.

Por sua vez, Veiga e Zats (2008) apontam que um dos principais entraves à efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável está justamente na dificuldade de articulação entre as suas diferentes dimensões. Pois, entendem esses autores, de que quando tratadas isoladamente, resultam em soluções fragmentadas e ineficazes.

Dessa forma, a interdependência entre as dimensões da sustentabilidade tratadas neste estudo, exige um esforço analítico e prático que vá além da especialização disciplinar. Como destaca Morin (2015),

[...] é preciso substituir o pensamento que isola e separa pelo pensamento que distingue e une. [...] Um conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade e se reconectar com o mundo, com o sujeito cognoscente, com a ética e com a ação (Morin, 2015, p. 29-32).

Assim sendo, o grande desafio contemporâneo, portanto, não está apenas em compreender as inter-relações entre essas dimensões, mas em transformá-las em práticas sociais e políticas públicas eficientes, orientadas pela equidade e pela sustentabilidade, especialmente no enfrentamento das vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas que afetam de forma mais severa os grupos historicamente minorizados (Veiga e Zats, 2008).

Diante disso, o viés interdisciplinar das dimensões da sustentabilidade, como discutido nessa subseção, evidencia a necessidade de abordagens integradas e articuladas para superar os desafios sociais cada vez mais complexos, nas sociedades contemporâneas.

Essa abordagem encontra fundamento, nos pressupostos de autores como Sen (2000), Sachs (2002) e para os quais a sustentabilidade exige adaptação às realidades locais e ampliação das capacidades humanas, respectivamente.

Nesse sentido, partindo da compreensão de que o desenvolvimento sustentável requer articulação entre diferentes dimensões da sustentabilidade, na próxima seção, discorreremos

sobre como o país tem estruturado suas políticas públicas nesse campo, sobretudo no que diz respeito à erradicação da pobreza e da fome em Angola.

3 DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA FOME EM ANGOLA: ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Ao abordar as políticas de desenvolvimento sustentável em Angola e, de forma geral em África, é pertinente destacar que essa discussão se iniciou tardiamente, devido à colonização que atrasou o progresso do continente em diversos aspectos, como o político, econômico e social. Assim sendo, a implementação da ideia de desenvolvimento sustentável no continente africano, começou a ganhar força a partir de meados do século XX, momento em que muitas antigas colônias inglesas e francesas conquistaram suas independências, tornando-se em países autônomos. No caso de Angola, o desenvolvimento sustentável só passou a ser uma ideia possível após 1975, ano em que o país conquistou sua independência. Nesse sentido, com a emancipação de muitos países africanos, inicia-se uma corrida para o desenvolvimento econômico, inserindo o continente aos desafios globais.

Diante disso, esta seção objetiva investigar, com base no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) as estratégias de implementação das políticas para promoção da agricultura sustentável em Angola. Partindo da compreensão de que o desenvolvimento sustentável requer articulação entre diferentes dimensões - ambiental, econômica, social e política - discutiremos sobre como o país tem estruturado suas políticas públicas nesse campo, considerando os avanços e os desafios ainda persistentes, sobretudo no que diz respeito à erradicação da pobreza e da fome. Para tanto, se inicia a partir de uma caracterização do país com o intuito de contextualizar histórica, geográfica, social e economicamente o *lócus* da pesquisa. Em seguida, trata do marco legal e institucional das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com destaque para os principais instrumentos normativos que orientam a ação do Estado angolano, discutindo os programas e planejamentos estratégicos adotados para a operacionalização dessas políticas.

3.1 Caracterização da Angola: um olhar ao *lócus* da pesquisa

A presente subseção busca apresentar os aspectos geográficos e históricos do *lócus* da pesquisa para melhor situar o/a caro (a) leitor (a) sobre o contexto do objeto de investigação. Localizado, “na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, no sudoeste da África”, conforme caracteriza Neto (2014, p. 25).

O país que hoje conhecemos como a República de Angola, é o sétimo país africano de maior dimensão, com uma superfície de cerca de 1.246.700 km², e dispõe de uma fronteira terrestre de 4.837 Km², limitada ao norte pela República do Congo Brazzaville e a República Democrática do Congo, a leste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia, e a Oeste pelo Oceano Atlântico, como podemos observar na figura 4 (Neto, 2014).

Figura 4: Limites fronteiriços da Angola



Fonte: Elaboração própria, a partir de informações do Ministério da Administração do Território de Angola

Nesse contexto, o espaço territorial que hoje se denomina Angola, passou a chamar-se assim, somente em 1975 com a conquista da (in)dependência. Conforme nos lembra Kebanguilako (2016):

[...] nesse espaço geográfico que agora se chama Angola, haviam surgido e se desenvolvido várias sociedades, algumas organizadas como Estados centralizados, o caso do Estado do Congo, outras prestando vassalagem de diferentes formas, com maior destaque no pagamento de tributos como foi o caso do Estado do Ndongo que pagava tributo ao Congo (Kebanguilako, 2016 p. 119).

De acordo com a análise de Kebanguilako (2016), diversas sociedades presentes no território que constitui o *locus* da nossa investigação, apresentavam diferentes formas de organização política, econômica e social, variando conforme o estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas. Entre essas estruturas, destacam-se, por exemplo, as Cidades-Estados, como os Ndembos.

No entanto, ao pensarmos nessa afirmação, observamos que tal diversidade organizacional desafia a narrativa colonial que minimiza ou ignora a complexidade dos arranjos sociais africanos pré-coloniais. Isso evidencia a necessidade de superar visões eurocêntricas e reconhecer a pluralidade e sofisticação das organizações locais, elemento fundamental para compreender os processos históricos e as dinâmicas próprias do continente africano.

Isso nos ajuda a questionar a ideia segundo a qual quando os europeus chegaram no território que hoje conhecemos como Angola, não teriam encontrado sociedades ou Estados bem-organizados, político e administrativamente. Nesse sentido, foi só a partir dos finais do século XV mais especificamente em 1482, que começou o contato entre a Europa e o Estado do Congo. Como fundamenta Kebanguilako (2016) a partir desse marco histórico, “foram estabelecidas relações políticas, diplomáticas, econômicas e culturais entre os dois Estados, por um período de cerca de quatro séculos” (Kebanguilako, 2016, p. 119).

Para o autor, essas relações foram caracterizadas como sendo conturbadas que se desenvolveram em *dents de scie*³ ao longo destes quatro séculos, conforme ele explica:

[...] com a necessidade de maior desenvolvimento do comércio com a África, os portugueses procuraram mais territórios ao sul do Congo. No último quartel do século XVI em 1575, os portugueses fundaram a capitania de São Paulo de Assunção de Loanda no território sob jurisdição do Ngola o soberano do Ndongo. A partir desta região, os portugueses foram criando feitorias ao longo do curso do rio Kwanza, bem como pelo litoral do oceano Atlântico (Kebanguilako, 2016, p. 120).

Foi nesse ambiente que se instituiu o tráfico de escravizados. Ou seja, embora tenha sido nesse contexto que se consolidou o tráfico de pessoas escravizadas, é importante contestar a narrativa que coloca os europeus apenas como agentes comerciais, deixando de lado o papel central da violência e da imposição colonial nesse processo.

A perspectiva de Kebanguilako (2016) evidencia que o início e a expansão do tráfico negreiro resultaram de uma crescente articulação entre europeus e africanos. No entanto, não

³ Segundo Kebanguilako (2016, p. 120), “a expressão *en dents de scie* é muito usada na língua francesa cuja tradução literal em português é dente de serra, aplica-se nos casos em que existam oscilações, ou seja, altos e baixos num determinado processo, tal como é o formado da dentadura de uma serra”.

se pode ignorar que tal comércio foi sustentado por interesses econômicos europeus e por uma lógica de dominação que exigia cada vez mais territórios para alimentar essa engrenagem.

Ao considerar o advento da Revolução Industrial no século XVIII como fator fundamental para o fim do tráfico, como pontua o autor, é preciso refletir criticamente sobre o quanto essa mudança esteve menos relacionada a uma tomada de consciência moral e mais à reconfiguração das demandas do capitalismo europeu, que passou a priorizar a obtenção de matérias-primas e a abertura de novos mercados consumidores. Dessa forma, o fim do tráfico não significou uma ruptura com as estruturas de exploração, mas sim a sua adaptação a novas formas de dominação econômica e social.

Assim, se iniciou de forma desenfreada na Europa, uma corrida pela conquista de territórios africanos, que se materializou na funesta Conferência de Berlim em 1885, que como consequência, abriu caminho para o mais desumano empreendimento europeu, a colonização efetiva, de grande parte dos países africanos. Desse modo, o espaço geográfico que hoje, designamos Angola, é resultado dos territórios conquistados pelos portugueses, “aglutinando os diferentes povos e Estados africanos, que tinham ficado sob domínio da colonização portuguesa, até o ano de 1975, quando se tornou (in) dependente, depois de 14 anos de luta armada pela libertação do jugo colonial” (Kebanguilako, 2016, p. 120).

Angola é oficialmente declarada um país (in)dependente, desde 11 de novembro de 1975. No entanto, assim como outros países africanos, essa (in)dependência não conseguiu eliminar completamente as influências coloniais. O rapper moçambicano Azagaia resume bem essa situação ao afirmar: ‘expulsamos o colono, mas nunca o colonialismo’.

Da mesma forma, o líder africano Kwame Nkrumah abordou o conceito de neocolonialismo, destacando que a dependência política e econômica persiste mesmo após a independência formal. Por outro lado, sua capital Luanda, foi fundada pelo navegador português Paulo Dias de Novais em 1575. O português europeu é a língua oficial⁴, sendo também faladas diversas línguas africanas, nomeadamente o Kimbundu, o Kikongo, o Umbundu, o Chokwe, o Nhaneka, o Kwanhama, o Nganguela e o Fiote.

Por sua vez, o país é bastante rico em recursos minerais e hídricos, com grandes potencialidades para a produção agrícola.

Esse fator, fez com que Angola, em 2014, fosse considerada o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, embora, por aquela ocasião, apenas 3% da terra arável estava

⁴ Embora por causa das suas transformações, se pode afirmar com alguma propriedade que o português falado em Portugal não é o mesmo que o falado em Angola, sustentando a ideia de que a muito tem sido discutido pelos linguísticos do país, sobre a necessidade da institucionalização do português da Angola no país.

cultivada (Angola geral, 2014). Esse dado revela, uma profunda desconexão entre as possibilidades produtivas e a realidade do setor agrícola no país. Ou seja, apesar de Angola reunir condições naturais amplamente favoráveis ao desenvolvimento agrícola, como clima propício e vasta disponibilidade de terras aráveis, o país permanece marcado por elevados níveis de pobreza e insegurança alimentar.

Segundo Kebanguilako (2016), as principais riquezas do país concentram-se na região norte, destacando-se o petróleo nas províncias de Cabinda, Zaire, e Bengo, com perspectivas de novas descobertas no litoral sul, além de diamantes nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, e potencial de exploração diamantífera também na província do Bié. De acordo com este autor, a região sul de Angola, é predominantemente agropecuária com as províncias do Huambo, Huíla e Bié se destacando na agricultura e as províncias [...], Namibe e Cunene na pecuária.

Importa ressaltar que, na década de 1970, Angola era “o 4º maior produtor mundial de diamantes e de café, que constituíam os seus principais produtos de exportação” (Kebanguilako, 2016, p. 121). Contudo, a partir de 1973, iniciou-se um processo de substituição desses produtos pela exploração do petróleo, o que alterou significativamente a estrutura econômica nacional.

De acordo com Kebanguilako (2016, p. 121), “Angola produzia até o ano de 1975, 173 mil barris de petróleo dia [...], o que elevou o país em 2015 na posição de segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, perdendo apenas pela Nigéria”.

Desse modo, o país é governado desde 1992, sob um sistema político-democrático e multipartidário, fundamentado no presidencialismo, no qual o presidente da República é simultaneamente o chefe do Estado e do Governo. Igualmente, o presidente é o comandante em chefe das forças armadas da Angola, eleito para um mandato de quatro (4) anos, reelegível por via legislativa. Assim, os principais órgãos do poder são: a presidência da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais (Constituição da República de Angola, 2010).

No entanto, se faz necessário pontuar que essa concentração de poderes nas mãos do presidente tem fragilizado a efetividade da democracia no país. Como consequência, apesar da introdução do multipartidarismo desde 1992, persistem desafios relevantes no que se refere à alternância do poder, a liberdade de imprensa e a independência do sistema judicial.

É interessante ressaltar, que antes de 1992, isto é, de 1975 até 1992 com a realização das primeiras eleições gerais, o país era governado num regime socialista que se consubstanciava num sistema de partido único. Não podemos dissociar essa opção política do movimento de libertação que proclamou a independência em Angola do contexto internacional marcada pela guerra fria. Porque, conforme disserta Massanga (2022):

[...] a experiência da ascensão do nacionalismo angolano é fruto de um contexto ideológico internacional, onde os principais movimentos de oposição ao colonialismo português – MPLA, FNLA e UNITA⁵ – buscam auxílio, em diferentes frentes, justamente nas superpotências mundiais. Deste enlace ideológico surgem propostas políticas divergentes no que tange ao projeto de nação a ser construído em Angola [...] (Massanga, 2022, p. 91).

Esse fato permite-nos entender os conflitos pós-independência em Angola. Como relata Tati (2018), as zero horas do dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto líder de um dos três (3) movimentos de libertação da Angola, em nome do Comitê Central do MPLA, proclamara perante a África e o mundo, no largo 1º de maio, atualmente praça da independência, a independência da Angola, o 47º país africano, nos seguintes termos:

[...] em nome do povo angolano, o comitê central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola. Nesta hora, o povo angolano e o Comitê Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência da pátria (Tati, 2018, p. 230).

Dessa forma, fica evidenciada a ruptura definitiva dos três (3) Movimentos de Libertação no processo de descolonização de Angola, conforme explica Tati (2018):

[...] o MPLA, por um lado, e a UNITA e FNLA, por outro, teoricamente foram proclamadas duas independências ou, melhor dito, independências de Angola foi proclamada em dois atos distintos: pelo MPLA em Luanda, onde se proclamou a República Popular de Angola, e pela UNITA e FNLA no Huambo e Ambriz, onde foi proclamada a República Democrática de Angola (Tati, 2018, p. 274-275).

Para Massanga (2022), tendo-se reconhecido de imediato, apenas a independência proclamada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ⁶em Luanda tanto pelo Brasil (de referir que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência proclamada em Luanda), como pelos países africanos através da Organização de Unidade Africana (OUA), e de seguida pela comunidade internacional, veio legitimar a “razão dos outros contendores

⁵ 1) Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); 2) Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e 3) União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

⁶ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), igualmente a Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) conforme indica Neto (2014), surgem em decorrência do despertar para o nacionalismo patriótico a partir da década de 1950. No entanto, desde 1991 até aos dias de hoje, esses movimentos independentistas se tornaram partidos políticos e o MPLA, governa Angola, desde a Proclamação da Independência em 1975 até atualidade (Neto, 2014).

levarem a cabo políticas e ações de hostilidades com o fito de atingir Luanda e retomarem o poder instituído (Massanga, 2022, p. 120).

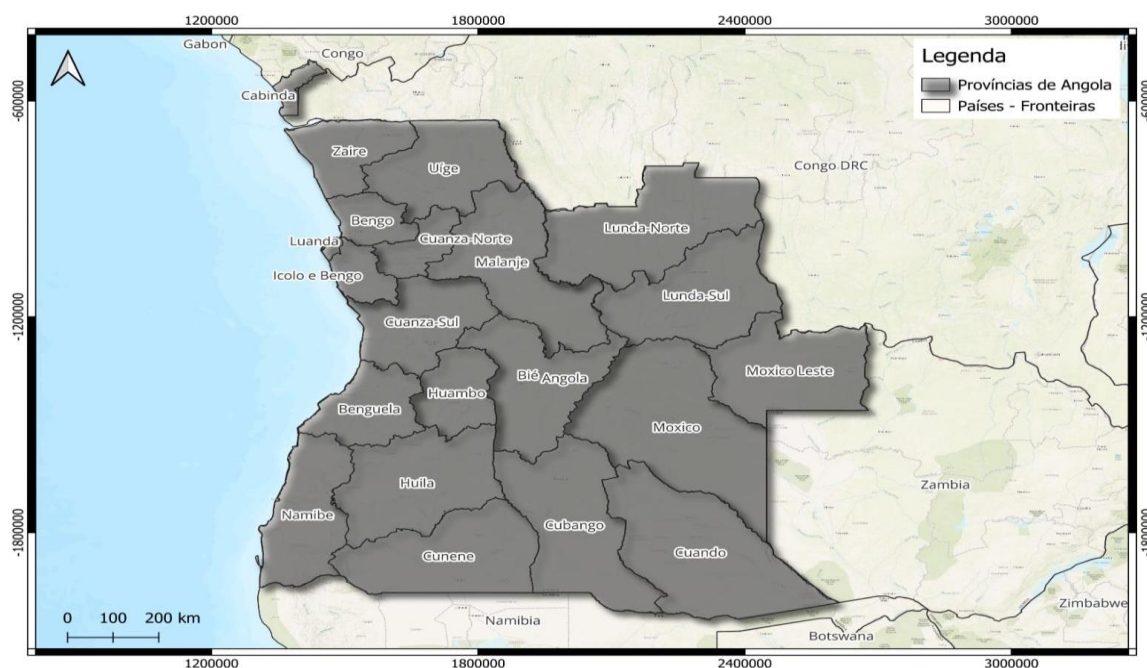
É em meio desse contexto que se inicia a guerra civil em Angola. Entretanto, na perspectiva de Tati (2018) nascia um novo país, numa conjuntura difícil, marcada pela guerra fria entre as superpotências vencedoras da 2ª Guerra Mundial. Para esse autor,

[...] este acontecimento vai ter um peso relevante tanto na política interna como externa de Angola. Internamente, o novo país debatia-se com uma confrontação militar, fruto das clivagens político-ideológicas mal geridas e de profundas diferenças políticas entre os três (3) movimentos independentistas” (Tati, 2018, p. 3).

Conforme pontua Massanga (2022), essas diferenças profundas entre as partes beligerantes, que tem início de 1975 a 2002, “só termina, de forma definitiva, a 22 de fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi, líder do Movimento, União para a Independência Total de Angola (UNITA), e a subsequente assinatura de memorando e dos acordos de paz, em 4 de abril de 2002” (Massanga, 2022, p. 129).

Como abordado anteriormente, o país passou recentemente por uma nova reforma político-administrativa chamada DPA – Divisão Político-Administrativa, que resultou na divisão de três (3) províncias em duas partes cada, passando de dezoito (18) para um total de vinte e uma (21) províncias. As províncias recém-nascidas dessa lei são: Icolo e Bengo, Móxico Leste e Cuando, conforme se pode observar na figura 5.

Figura 5: Nova divisão político-administrativa da Angola



Fonte: Elaboração própria, a partir de informações do Ministério da Administração do Território de Angola

Assim, como vimos até aqui, o território que hoje designamos Angola, resulta dos diferentes processos históricos ocorridos, sobretudo, a partir do século XV. Ao longo desse período, destacaram-se acontecimentos e transformações na forma de organização política, social e até mesmo na sua extensão territorial.

Por sua vez, um dos períodos da história desse novo país pós-independência conforme indica Tati (2018), bastante marcante pelo seu simbolismo e pela sua influência no processo de desenvolvimento do país, foi o período do conflito civil (1975 - 2002), cuja análise permite uma abertura para compreendermos o objeto de estudo da presente pesquisa, conforme veremos na próxima subseção.

3.2 Marco legal e institucional das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em Angola

As políticas de desenvolvimento sustentável em Angola emergem como resposta aos processos de reconstrução do país e a inserção de Angola nas agendas globais, após cerca de mais de duas (2) décadas de conflito civil.

Ou seja, durante a primeira década do século XXI de 2000 a 2010, o país foi marcado por dois (2) eventos importantes que aceleraram o processo da expansão das relações socioeconômicas e culturais dos mais diversos pontos do território nacional.

Dentre esses dois (2) eventos, destacamos primeiramente, o grande marco da reconciliação nacional em 2002, com a morte do Dr. Jonas Savimbi líder do movimento, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que culminou com o fim da guerra civil e consequente paz em todo território nacional. Em seguida, destacamos a inserção do país nas agendas internacionais ao assumir o compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

É a partir desses dois (2) eventos notáveis que se inicia o processo de unidade nacional, por meio da reconstrução do país. Com isso, houve maior fluidez da mobilidade populacional, principalmente nas capitais das províncias.

Conforme explica Lopes (2013), a mobilidade populacional que se assistia nessas localidades, era caracterizada em quase toda sua extensão por um fluxo migratório interno, cujas motivações eram o reencontro das famílias e a procura de meios de subsistência.

Como consequência desse processo migratório acelerado, verificaram-se, entre outros aspectos, como aponta a (ECP, 2004) os seguintes efeitos:

[...] um processo de depauperação repentino e continuado das populações deslocadas, muitas delas vivendo em áreas urbanas ou suburbanas; uma pressão sobre as infraestruturas sociais urbanas já de si saturadas e insuficientes para cobrir as necessidades das populações urbanas e suburbanas de origem; uma pressão sobre o mercado de trabalho com o intenso influxo de mão-de-obra, majoritariamente sem formação profissional, provocando a expansão do setor informal da economia e uma quebra dos salários e rendimentos médios nesse setor e no mercado de mão-de-obra formal não especializada; uma ruptura dos mecanismos de proteção familiar, que tinha nos membros rurais das famílias urbanas alargada de primeira geração um suporte importante à dieta alimentar em troca de acesso dos primeiros aos bens industriais; uma fragmentação social pela ausência ou deficiente funcionamento dos mecanismos de segurança social comunitário presentes nas áreas rurais, da qual o fenômeno de crianças de rua e na rua é exemplo; e o aumento do desemprego e subemprego urbanos (ECP, 2004, P. 13).

Por sua vez, um outro fenômeno demográfico digno de nota, prende-se com o fato de que, uma ampla parte das elites provinciais ter imigrado para as cidades do litoral ou para a capital do país. Conforme fundamenta a (ECP, 2004),

[...] as implicações deste fenômeno sobre os processos de desenvolvimento são substanciais pois sem elites técnicas e empresariais as possibilidades de desenvolvimento rápido sustentável a nível provincial e local ficaram bloqueadas e futuramente seriam muito difíceis (ECP, 2004, P. 13).

Contudo, a concentração do poder econômico, político e técnico na capital do país Luanda, “foi acompanhada também pela maior concentração da pobreza” (ECP, 2004, P. 13). Isso demonstra que a guerra prolongada, que levou cerca de trinta 30 anos desde a independência em 1975, foi um grande entrave ao desenvolvimento em Angola, que nos ajuda a entender os principais determinantes desse processo. Ou seja, é incontestável o impacto negativo que a guerra produziu sobre:

[...] a vida e liberdade das pessoas, condicionando a sua circulação e despoletando fluxos migratórios em direção às áreas urbanas ou no estrangeiro, sobre o funcionamento dos mercados, sobre as infraestruturas básicas várias, sobre o fornecimento de água, saneamento e energia, e sobre os sistemas sociais de saúde e de educação (ECP, 2004, P. 11).

É nesse contexto que Angola se insere no cenário internacional, ratificando em 1991 o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966. De acordo com ECP (2004, p. 18), com base nesse Pacto os “Estados-membros deliberaram o direito de todos a um nível de vida adequado para si próprios e para as suas famílias, incluindo alimentação vestuário e habitação adequada.

Já em 2000 foi realizada a Cimeira do Milênio que estabeleceu oito (8) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, designadamente: (i) a erradicação da pobreza e da fome; (ii) o acesso universal ao ensino primário; (iii) a promoção da igualdade de gênero e capacitação da mulher; (iv) a redução da mortalidade infantil; (v) a melhoria da mortalidade materna; (vi) o combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças; (vii) a promoção de um ambiente sustentável; (viii) o desenvolvimento de parcerias globais para o desenvolvimento (ECP, 2004).

É com este marco institucional que se inicia em Angola, o processo de elaboração da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP). Vale ressaltar que o ano 2000 marca o quadro legal e institucional de Angola, pois foi nesse ano em que se observa um esforço mais sistemático na formulação de políticas públicas orientadas para uma perspectiva mais sustentável do desenvolvimento.

Diante disso, os Instrumentos de planeamentos estratégicos como a Visão Angola 2025 e, mais recentemente, a Estratégia de Longo Prazo Angola 2050, ambas publicadas pelo Ministério do Planeamento, reforçam as bases para a inclusão progressiva da sustentabilidade como princípio orientador das estratégias de desenvolvimento, destacando a necessidade de diversificação econômica, redução das desigualdades territoriais e proteção dos recursos naturais. Desse modo, com a adesão à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, Angola passou a integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como

parte de seu planejamento nacional, o que impulsionou a elaboração de uma série de instrumentos legais e estratégicos. Dentre esses instrumentos se destacam, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 – 2022, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC) 2018 – 2030, e, mais recentemente, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023 – 2027.

Esses instrumentos revelam que a formulação das políticas públicas de desenvolvimento sustentável em Angola está ancorada em um marco normativo e institucional em constante evolução, que busca responder aos desafios de articulação entre crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental (Cesar e Silva, 2023).

A ENAC (2018–2030), por exemplo, representa um dos primeiros documentos a apresentar uma abordagem integrada para enfrentar os efeitos das alterações climáticas no país. Estruturada em torno de cinco pilares: “mitigação, adaptação, capacitação, financiamento e pesquisa, observação sistemática e análise” (ENAC, 2017, P. 30). Ela surge como um instrumento importante na promoção à transição de uma economia de baixo carbono, adaptando o território nacional aos impactos das alterações climáticas.

Contudo, apesar da robustez teórica do marco legal, os desafios práticos para sua execução seriam expressivos. O próprio documento reconhece:

[...] o reforço das competências técnicas de diferentes atores (desde ministérios, agências governamentais, institutos, sociedade, privados), e das tecnologias prioritárias para uma efetiva concretização da ENAC é fundamental”, o que compromete a coerência entre formulação e implementação de políticas públicas (ENAC, 2017, p. 13).

Desse modo, embora a formulação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável em Angola esteja fundamentada em um conjunto de dispositivos legais e institucional que, em tese, oferece as bases para uma ação integrada e estratégica, observamos que essa estrutura normativa não necessariamente se traduz em resultados concretos e mensuráveis.

Ou seja, a existência de dispositivos legais, por si só, não garante a efetividade das políticas implementadas, especialmente diante de limitações estruturais, técnicas e institucionais que persistem no contexto angolano.

Nesse sentido, o relatório “Mapa do Investimento Sustentável de Angola” (2024), elaborado pelo Governo de Angola em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), evidencia que, apesar dos avanços normativos, há uma lacuna

significativa entre o que está previsto nos marcos legais e a capacidade real de diversos setores estratégicos em operacionalizá-los.

Tal desconexão revela não apenas desafios de ordem administrativa e técnica, mas também limitações relacionadas à articulação intersetorial, à alocação de recursos e à qualificação dos agentes públicos responsáveis pela implementação das políticas. Esse cenário compromete o potencial de Angola em acelerar o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, ratificada pelo país em 2015.

Diante desse cenário, é fundamental olhar com atenção crítica para os indicadores de sustentabilidade aplicados à agricultura, bem como enxergar de maneira realista tanto as oportunidades quanto os obstáculos que surgem diante dos novos investimentos em setores estratégicos.

Assim, mais do que identificar onde estão os entraves na implementação das políticas, é preciso refletir sobre o que já avançou e, principalmente, debater alternativas e possíveis soluções para superar as limitações institucionais, buscando aproximar o que está escrito nos principais documentos que orientam a governação do país com o que acontece de fato.

É nesse contexto entre o marco normativo e os desafios do cotidiano que se insere a próxima parte, intitulada: entre o marco normativo e a prática: desafios e perspectivas das diretrizes do PDN 2023 – 2027 para a agricultura sustentável.

3.3 Entre o marco normativo e a prática: desafios e perspectivas das diretrizes do PDN 2023 – 2027 para a agricultura sustentável

Nesta subseção, apresentamos as questões concretas do setor agrícola angolano e discutir, de forma crítica, as perspectivas e caminhos para avançar na direção de uma agricultura realmente sustentável. Essa abordagem busca dissertar sobre os desafios estruturais enfrentados pela agricultura em Angola, destacando sua relevância para garantir a segurança alimentar e o papel fundamental do setor na geração de emprego e renda, sobretudo, nas zonas rurais.

Para tanto, a subseção analisa as metas, programas e prioridades estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023 – 2027 voltados à promoção da agricultura sustentável. São destacados os instrumentos normativos, os investimentos previstos e as estratégias de fortalecimento institucional que orientam a ação do estado angolano.

A avaliação das diretrizes do PDN 2023 – 2027 voltadas para a agricultura sustentável evidencia a existência de uma estrutura normativa sólida e alinhado com a Estratégia de Longo Prazo Angola 2050 e com os compromissos internacionais assumidos pelo país, sobretudo a

Agenda 2030 da ONU que definiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento reconhece a centralidade da agricultura na diversificação econômica, segurança alimentar e na erradicação da pobreza e da fome, sendo reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável no país. Tais elementos são evidenciados no Quadro 1, que sistematiza os principais instrumentos de fomento produtivo e exploração sustentável em Angola.

O Quadro 1 apresenta um panorama dos principais programas do PDN 2023-2027 voltados ao fomento produtivo e à exploração sustentável em Angola. Observa-se que os instrumentos listados abrangem diferentes setores estratégicos – agropecuária, recursos florestais, recursos aquáticos e exportações e – cada um deles contempla múltiplas dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental e, no caso do Programa de Apoio à Diversificação das Exportações e Substituições das Importações, também a política.

Quadro 1: Principais instrumentos de fomento produtivo e exploração sustentável em Angola

Programa	Descrição	Dimensão da sustentabilidade avaliada
33	Programa de Fomento da Produção Agropecuária	Econômica, social e ambiental
34	Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	Ambiental, econômica e social
35	Programa de Exploração Sustentável dos Recursos Aquáticos Vivos	Ambiental, social e econômica
41	Programa de Apoio à Diversificação das Exportações e Substituições das Importações	Econômica, social e política

Fonte: Elaboração própria, adaptado do PDN 2023 – 2027

O Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável dos Recursos Florestais (programa 34) e o Programa de Exploração Sustentável dos Recursos Aquáticos Vivos (programa 35) refletem o esforço de ampliar o escopo das políticas públicas para além da produção agrícola tradicional, incorporando a gestão sustentável dos recursos naturais.

Por outro lado, o Programa de Fomento da Produção Agropecuária, o Programa de Qualidade e Segurança Alimentar e o Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos

(PLANAGRÃO), que preveem investimentos significativos para ampliar a produção de cereais e leguminosas no período de 2023 a 2027, e o Programa de Apoio à Diversificação das Exportações e Substituições das Importações (programa 41) destacam a importância de integrar a dimensão política à sustentabilidade, reconhecendo o papel do setor privado e da diversificação econômica na erradicação da pobreza e da fome.

O eixo 6 do PDN (“Assegurar a diversificação econômica sustentável, inclusiva e liderada pelo sector privado, e a segurança alimentar”) sintetiza esse compromisso, estabelecendo objetivos e prioridades que, em tese, conferem centralidade à agricultura familiar, valorizam cadeias de valor e promovem práticas produtivas sustentáveis como condições essenciais para o desenvolvimento do país. Contudo, apesar da consistência normativa, a materialização das diretrizes enfrenta obstáculos estruturais e institucionais, como evidencia o Quadro 2.

Quadro 2: Distanciamento entre diretrizes normativas e prática no setor agrícola

Desafios	Diretriz normativa	Realidade observada
Infraestrutura	Expansão da produção e escoamento	Deficiências logísticas
Capital humano	Assistência técnica rural	Cobertura limitada
Financiamento	Estímulo ao crédito agrícola	Acesso restrito
Cadeias de valor	Integração produtiva	Perdas pós-colheita
Sustentabilidade	Práticas agrícolas sustentáveis	Baixa adoção tecnológica

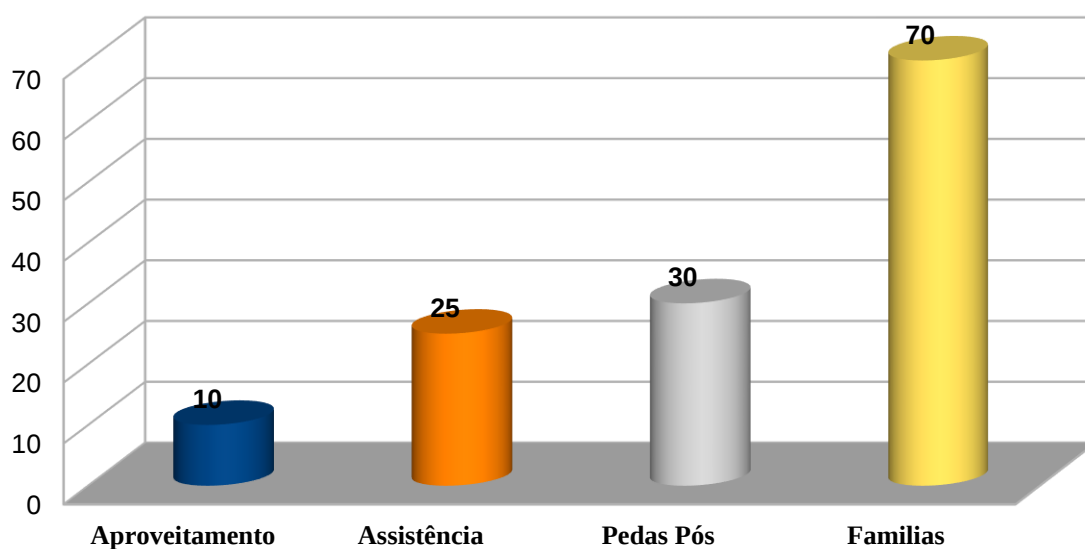
Fonte: Elaboração própria, adaptado do PDN 2023 – 2027

Como demonstra o Quadro 2, é notório um desequilíbrio significativo entre as intenções normativas e a realidade operacional do setor agrícola angolano. Os desafios analisados – infraestrutura, capital humano, financiamento, cadeias de valor e sustentabilidade – revelam que, embora o PDN preconize a expansão produtiva, a integração de cadeias e o estímulo a práticas agrícolas sustentáveis, a implementação efetiva permanece limitada por deficiências logísticas, restrições de acesso a crédito, cobertura insuficiente de assistência técnica e baixa adoção tecnológica, sobretudo na agricultura familiar.

Essas limitações estruturais não apenas reduzem o alcance dos instrumentos das políticas públicas, mas também perpetuam a vulnerabilidade socioeconômica das populações rurais e dificultam a transição para modelos produtivos inclusivos.

Essa dissociação entre formulação e prática é reforçada pelos dados sobre o aproveitamento das terras férteis, conforme ilustrados no gráfico 1, que evidenciam o elevado potencial produtivo do país frente ao baixo nível de uso efetivo do território. Como podemos verificar no gráfico 1, da extensão territorial total de Angola (1.246.700 km²), apenas 10% são terras cultivadas, sendo que as dificuldades de logística e distribuição fazem com que 30% das colheitas sejam perdidas. Outra causa para as perdas e também para a pouca produtividade, é o fato de que 70% das terras cultivadas pertencem a pequenas famílias, que praticam, em sua maioria, agricultura de subsistência, e apenas um em cada quatro agricultores tem acesso à assistência técnica.

Gráfico 1: Indicadores chaves para medir a agricultura sustentável em Angola (%)



Fonte: Elaboração própria, adaptado do PNUD – 2024

A análise do gráfico 1, assim, corrobora a tese de que a simples existência de diretrizes normativas, ainda que alinhadas a padrões internacionais, é insuficiente para garantir resultados concretos em contextos marcados por fragilidades institucionais e restrições da capacidade estatal. Isso demonstra, que tais desafios implicam investir no fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais, na melhoria da infraestrutura rural, na ampliação do acesso a crédito e assistência técnica e na promoção de sinergias intersetoriais.

No âmbito das perspectivas futuras, o PDN 2023 – 2027 e o Mapa do Investimento Sustentável da Angola (2024) convergem ao indicar oportunidades concretas para a agricultura sustentável, com destaque para o fortalecimento de cadeias produtivas de cereais, leguminosas, frutas tropicais e tubérculos, com base em práticas de agricultura climaticamente inteligente. O incentivo ao investimento privado, a criação de ambientes favoráveis ao agronegócio e a promoção de modelos de negócio voltados à redução de perdas e ao aumento do valor agregado são apresentados como estratégias para transformar o potencial agrícola em resultados socioeconômicos efetivos.

Assim, para que essas perspectivas sejam concretizadas, é indispensável superar os desafios institucionais e operacionais já identificados, nomeadamente, a fragilidade dos serviços de extensão rural, a insuficiência de financiamento, a limitada coordenação intersetorial e as desigualdades territoriais na implementação das políticas públicas.

Esses desafios, comprometem a capacidade do Estado angolano de transformar instrumentos de planeamentos em ações efetivas que alterem a realidade socioeconômica do país. Desse modo, a efetividade das diretrizes do PDN 2023 – 2027 para a agricultura sustentável, depende mais do fortalecimento das capacidades institucionais, do que da ampliação do marco legal.

Em síntese, o PDN 2023 – 2027 oferece uma base normativa consistente para a promoção da agricultura sustentável como estratégia de erradicação da pobreza e da fome em Angola. No entanto, a distância entre o que está previsto nos documentos oficiais e o que se observa na prática reforça a constatação de que o principal desafio reside na capacidade de tornar exequível essas diretrizes.

Assim, superar essa dissociação exige não apenas investimentos financeiros, mas também uma abordagem integrada, que articule políticas públicas, atores locais e iniciativas privadas, visando aproximar o marco normativo da prática.

3.4 Desafios e oportunidades para a agricultura sustentável em Angola

Por fim, esta subseção aborda os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de agricultura sustentável, como questões de infraestrutura, capacitação técnica, adaptação às mudanças climáticas e resiliência das comunidades rurais. Também serão exploradas oportunidades de inovação, parcerias internacionais e perspectivas para acelerar o desenvolvimento sustentável no país.

Desse modo, para medir o progresso, desafios, bem como as oportunidades de investimentos emergentes em áreas estratégicas, é essencial examinar os indicadores socioeconômicos, ambientais e políticos reportados por organismos internacionais (como no caso das agências do sistema das Nações Unidas acreditadas em Angola) em parceria com o governo de Angola.

Essa análise permite-nos compreender em que medida o quadro normativo e institucional, construído ao longo das últimas décadas, tem se traduzido em avanços concretos no cumprimento das agendas internacionais de desenvolvimento, sobretudo da Agenda 2030.

Nesse contexto, os dados do Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores de Linha de Base, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2018, evidenciam limitações significativas na capacidade de monitoramento dos ODS em Angola.

Essa lacuna estatística, como podemos perceber na tabela 1, revela fragilidades no sistema nacional de produção e disseminação de dados, comprometendo a avaliação contínua do progresso em áreas estratégicas, como erradicação da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), ambas diretamente relacionadas à agricultura sustentável. Assim, a tabela 1, sintetiza esse cenário, detalhando o percentual de indicadores disponíveis para cada objetivo.

Tabela 1: Resumo dos Indicadores das ODS reportados por Angola

ODS	Descrição do Objetivo	Total de Indicadores	Disponíveis (Nível I e II) ⁷	Disponíveis (Nível III) ⁸	Não Disponíveis (com metodologia)	Não Disponíveis (sem metodologia)	Indicadores Disponíveis (%)
1	Erradicar a pobreza	14	7	0	3	4	50,0
2	Erradicar a fome	13	4	0	6	3	30,8
3	Saúde de qualidade	27	16	0	8	3	59,3
4	Educação de qualidade	11	9	0	0	2	81,8
5	Igualdade de gênero	14	8	1	4	1	64,3
6	Água potável e saneamento	11	2	0	7	2	18,2
7	Energias renováveis e acessíveis	6	2	0	3	1	33,3
8	Trabalho digno e crescimento econômico	17	9	1	4	3	58,8
9	Indústria, inovação e infraestruturas	12	3	0	8	1	25,0
10	Reduzir as desigualdades	11	1	0	5	5	9,1

⁷ Nível I: Indicadores com metodologia disponível e dados regularmente produzidos; Nível II: Indicadores com metodologia disponível, mas dados não produzidos regularmente.

⁸ Nível III: Indicadores sem metodologia disponível.

11	Cidades e comunidades sustentáveis	15	4	2	5	4	40,0
12	Produção e consumo sustentáveis	13	2	1	1	9	23,1
13	Ação climática	8	3	0	0	5	37,5
14	Proteger a vida marinha	10	2	3	1	4	50,0
15	Proteger a vida terrestre	14	3	0	8	3	21,4
16	Paz, justiça e instituições eficazes	23	7	1	11	4	34,8
17	Parcerias p/ implementação dos objetivos	25	8	0	3	14	32,0
Total Geral		244	90	9	77	68	40,6

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de INE (2018), Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores de Linha de Base, Angola

Por exemplo, notamos que, enquanto o ODS 4 (Educação de qualidade) apresenta uma cobertura de 81,8% dos indicadores, áreas essenciais como ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 2 (Erradicação da fome) têm apesar 50% e 30,8% de indicadores disponíveis, respetivamente.

Outros objetivos, como água potável e saneamento (ODS 6), apresentam índices ainda mais baixos, com apenas 18,2% dos indicadores reportados. Dos 244 indicadores globais definidos pelas Nações Unidas, apenas 99 foram reporta-dos pelo país, o que corresponde a cerca de 41% do total, conforme apresentado na Tabela 1. Esses dados reforçam a necessidade de aprimorar a coleta e sistematização de informações, especialmente em setores críticos para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a análise da tabela 1, permite perceber que a insuficiência de dados não é homogênea entre os diferentes ODS. Enquanto alguns objetivos, como igualdade de gênero (ODS 5) e saúde de qualidade (ODS 3), apresentam avanços moderados, outros, como a redução das desigualdades (ODS 10) e produção e consumo sustentáveis (ODS 12), têm menos de 25% dos indicadores disponíveis.

Essa disparidade evidencia que, apesar da existência de marcos legais e institucionais que, em tese, oferecem bases para uma ação integrada e estratégica voltada ao desenvolvimento sustentável, Angola ainda enfrenta desafios estruturais na produção, sistematização e disseminação de dados confiáveis.

Desse modo, tal diagnóstico converge com as advertências da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC), que aponta o reforço das competências técnicas dos diversos atores institucionais – ministérios, agências governamentais, institutos públicos, setor privado

e sociedade civil – como condição essencial para a implementação efetiva das políticas públicas (ENAC, 2017).

Sem dados regulares e desagregados, o Estado fica limitado em sua capacidade de tomar decisões baseadas em evidências, dificultando a transformação das leis e programas em ações de impacto mensurável. Essa constatação, encontra acolhimento no Mapa do Investimento Sustentável da Angola (2024), elaborado pelo Governo da Angola em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que destaca avanços normativos importantes, mas aponta entraves significativos à implementação das políticas alinhadas aos ODS, especialmente quando se observa a realidade do país.

Esses desafios estruturais são indicados no quadro 3, que apresenta os principais fatores limitantes para a implementação das políticas públicas de desenvolvimento sustentável em Angola.

Quadro 3: Fatores que limitam a implementação das políticas de sustentabilidade em Angola

Indicador	Situação Atual	Causas
Dependência do Petróleo	95% do IDE ⁹ concentrado no setor petrolífero.	Falta de diversificação econômica.
Segurança Alimentar	Importação de US\$ 1 bi em alimentos (2023), como frango e arroz.	Agricultura pouco mecanizada e infraestruturas deficientes.
Energia	Apenas 42,4% da população com acesso à eletricidade.	Rede de distribuição ineficiente e dependência de combustíveis fósseis.
Habitação	Déficit de 1,7 milhões de unidades habitacionais.	Urbanização acelerada e investimentos insuficientes.

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do PNUD (2024), Mapa de investimento sustentável de Angola.

Como podemos examinar no quadro 3, entre esses entraves, destacamos forte dependência do setor petrolífero, com 95% do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) concentrado nessa área, evidenciando a falta de diversificação econômica. Esse cenário não apenas restringe o crescimento sustentável, mas também torna o país vulnerável a oscilações do mercado internacional.

Outro ponto crítico é a segurança alimentar, como mostra o quadro 3, Angola importa cerca de US\$ 1 bilhão em alimentos, como frango e arroz, devido à agricultura pouco

⁹ Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

mecanizada e à deficiência de infraestrutura. Isso demonstra que, apesar do potencial do país, a produção interna ainda não é suficiente para suprir as necessidades da população, reforçando a necessidade de investimentos em tecnologia e logística.

No que diz respeito à energia, apenas 42,4% da população tem acesso à eletricidade, resultado de uma rede de distribuição ineficiente e da dependência de combustíveis fósseis. Esse indicador revela como as limitações técnicas e estruturais dificultam a expansão dos serviços básicos, impactando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.

Um dos reflexos mais evidentes desse cenário é o déficit habitacional, atualmente estimado em 1,7 milhão de unidades. Esse déficit é agravado pelo ritmo acelerado da urbanização e pelos investimentos insuficientes, o que reforça as vulnerabilidades socioeconômicas e territoriais. Tais desafios dificultam a consolidação de uma agricultura resiliente e inclusiva, além de limitar o acesso da população a condições dignas de moradia.

Outro ponto crítico é a escassez de estatísticas detalhadas, especialmente em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) considerados transversais, como ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 3 (Saúde de Qualidade) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A limitação de dados nessas áreas compromete a capacidade do governo de direcionar recursos de forma eficiente e de avaliar os resultados das intervenções públicas.

Em contraste, o ODS 4 (Educação de Qualidade) apresenta maior cobertura estatística, embora persistam lacunas relacionadas à qualidade do ensino, evasão escolar e desigualdades regionais, o que impacta diretamente o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico).

Tabela 2: Produção agrícola por província em Angola em 2024 (por mil toneladas)

Produtos	1°	2°	3°	4°	5°
Milho	Huambo (880 407)	Cuanza Sul (734 928)	Bié (514 562)	Benguela (349 183)	Huíla (218 163)
Arroz	Bié (4 953)	Uíge (3 315)	Móxico (1 315)	Malanje (980)	-
Trigo	Huambo (4 884)	Huíla (2 260)	Bié (725)	Cuanza Sul (244)	Malanje (3)
Grãos de soja	Huambo (32 740)	Benguela (2 171)	Bié (1 021)	México (735)	Huíla (707)
Feijão	Bié (91 317)	Huambo (72 732)	Cuanza Sul (64 358)	Benguela (26 251)	Uíge (25 837)
Amendoim	Uíge (43 017)	Cuanza Sul (37 389)	Malanje (24 505)	Móxico (24 266)	Bié (21 044)

Massambala (sorgo)	Huíla (19 727)	Benguela (7 559)	Huambo (4 177)	Cunene (2 427)	Móxico (1 194)
Massango (milho-miúdo)	Huíla (31 809)	Cunene (6 161)	Móxico (3 558)	Cuando Cubango (1 697)	Namibe (525)
Mandioca	Uíge (2 461 261)	Malanje (1 516 705)	Cuanza Sul (1 058 292)	Móxico (970 687)	Lunda Sul (758 542)
Batata rena	Huambo (104 663)	Bié (87 232)	Huíla (60 395)	Cuanza Sul (55 048)	Malanje (51 613)
Batata-doce	Malanje (393 996)	Uíge (240 132)	Bié (176 420)	Huíla (150 821)	Lunda Norte (126 468)
Banana	Benguela (1 122 054)	Cuanza Sul (770 870)	Uíge (528 964)	Bengo (405 947)	Cabinda (397 645)
Ananás	Cuanza Sul (135 148)	Benguela (110 579)	Bié (92 728)	Huambo (83 009)	Malanje (71 670)
Manga	Huambo (45 916)	Móxico (44 933)	Benguela (37 971)	-	-

Fonte: Ministério da Agricultura e Florestas. Adaptado pelo PNUD (2024)

No contexto agrícola, o Mapa do Investimento Sustentável de Angola (2024) evidencia que, apesar do elevado potencial produtivo, sustentado por vastas terras aráveis e condições climáticas favoráveis, o setor permanece subfinanciado, especialmente quando comparado ao peso do petróleo na economia nacional. A Tabela 2 apresenta a produção agrícola por província em Angola, reforçando a existência de polos produtivos consolidados, destacando as regiões do Huambo, Bié, Cuanza Sul, Benguela e Huíla como líderes na produção de milho, feijão, batata rena, banana, entre outros produtos.

Programas como o PLANAGRÃO¹⁰ voltados ao aumento da produção de cereais, enfrentam desafios significativos, como a falta de dados precisos sobre a localização e o perfil das populações mais vulneráveis, dificultando a focalização dos investimentos (PNUD, 2024).

Ainda assim, o relatório identifica oportunidades estratégicas de investimento na produção de cereais, leguminosas e frutas tropicais, por meio de práticas agrícolas sustentáveis, modernização da logística e redução das perdas pós-colheita.

Esses investimentos têm potencial para impactar positivamente diversos ODS, especialmente ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 15 (Vida Terrestre).

¹⁰ O Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos (PLANAGRÃO), lançado em julho de 2022, configura-se como uma estratégia de âmbito nacional voltada ao fomento da produção de grãos em escala comercial para enfrentar a irregularidade na oferta internacional e a subida de preços decorrente de fatores geopolíticos. O plano estava articulado com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 – 2022 e visava promover a soberania alimentar, a competitividade e o desenvolvimento equilibrado do território nacional, integrando inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental (Angola, 2022).

Por exemplo, como podemos constatar na tabela 2, a província do Huambo lidera na produção de milho (880.407 toneladas), enquanto Benguela se destaca na produção de banana (1.122.054 toneladas). Esses dados evidenciam oportunidades para investimentos baseados em evidências, com foco em mecanização, insumos agrícolas, irrigação e desenvolvimento de competências técnicas locais.

Além disso, o potencial da indústria de frutas tropicais posicionou Angola, em 2022, como o segundo maior produtor de banana na África e o nono no mundo, demonstrando a capacidade do país para expandir sua produção agrícola e fortalecer a segurança alimentar (PNUD, 2024).

No entanto, para que esse potencial se traduza em desenvolvimento sustentável, é imprescindível a adoção de modelos de financiamento integrados, que articulem investimentos produtivos, infraestrutura de armazenamento e processamento, além do desenvolvimento do capital humano.

Nesse contexto, a formação profissional e o Ensino Técnico e a Formação Profissional (TVET) assumem papel estratégico, especialmente diante da estrutura demográfica jovem do país, onde cerca de dois terços da população têm menos de 25 anos (INE, 2016). O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023–2027 reconhece essa realidade ao eleger o desenvolvimento do capital humano e o fortalecimento da segurança alimentar como pilares estruturantes do crescimento sustentável.

Alinhado à Estratégia Angola 2050 e à Agenda 2030, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) reforça a necessidade de uma abordagem integrada, apoiada por instrumentos de financiamento adequados, como o Quadro Nacional de Financiamento Integrado (INFF).

A relevância dessa abordagem encontra, sobretudo, fundamento, quando analisamos os dados no quadro 4, que apresentam os principais condicionamentos para o desenvolvimento sustentável em Angola.

Quadro 4: Recuos que condicionam o desenvolvimento sustentável em Angola

Dimensão	Desafio	Indicador	Fonte
Social	Pobreza multidimensional	47% da população vive abaixo da linha de pobreza	INE, 2023

Econômica	Elevada dependência do petróleo	Petróleo representa 60% das receitas fiscais	Ministério das Finanças, 2024
Ambiental	Degradação ambiental	Taxa média de desflorestação de 0,5% ao ano	FAO ¹¹ , 2022
Infraestrutural / Social	Acesso limitado a serviços básicos (água potável)	Apenas 45% da população rural tem acesso a água potável	PNUD, 2023

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Relatório Acelerando os ODS em Angola, PNUD, 2024.

De acordo com o exposto no quadro 4, observamos que 47% da população vive abaixo da linha de pobreza (dimensão social), enquanto a dependência do petróleo representa 60% das receitas fiscais (dimensão econômica).

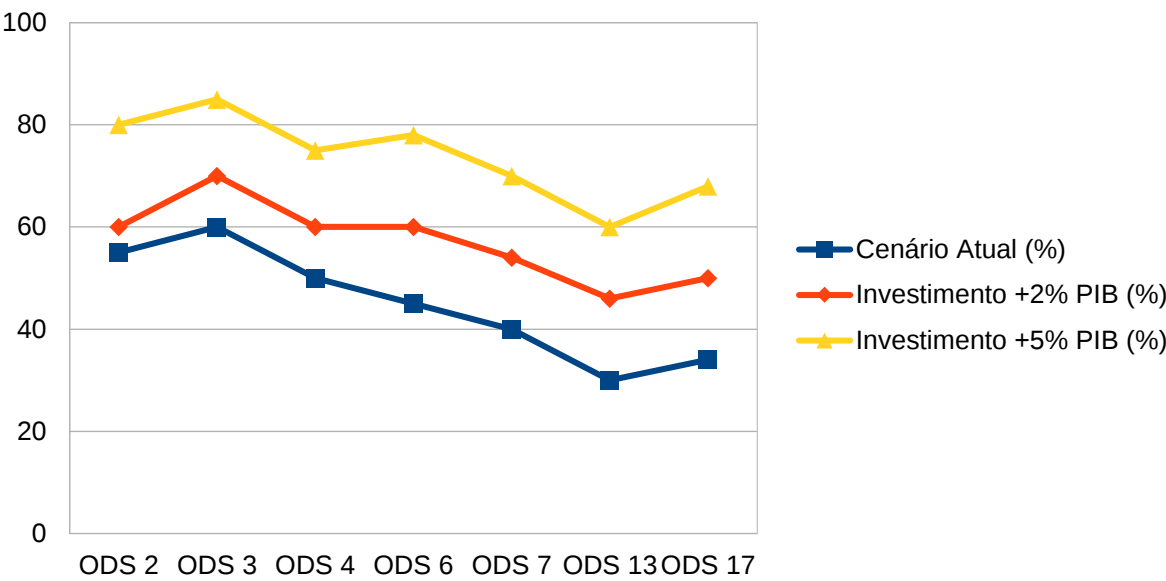
No aspecto ambiental, a taxa média de desflorestação é de 0,5% ao ano e, no campo da infraestrutura social, apenas 45% da população rural tem acesso à água potável. Esses indicadores, quando analisados em conjunto, demonstram que o potencial agrícola e econômico do país ainda não se converteu em avanços concretos rumo à sustentabilidade.

O gráfico 2, reforça essa análise ao simular diferentes cenários de investimentos: segundo o modelo iSDG¹², aportes adicionais entre 2% e 5% do PIB ao ano, no período de 2024 a 2030, poderiam acelerar significativamente o progresso de Angola em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas áreas da agricultura, saúde, educação, proteção social, energia, água e saneamento.

¹¹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

¹² Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Integrado (Tradução do autor).

Gráfico 2: Alcance simulado dos ODS em 2030 por cenário de investimentos em Angola



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Relatório Acelerando os ODS em Angola, PNUD, 2024.

Diante desse panorama, fica claro que, apesar dos avanços normativos conquistados desde o alcance da paz em 2002, persistem obstáculos estruturais que exigem políticas públicas integradas, baseadas em dados confiáveis.

O Quadro 5, por sua vez, destaca os principais aceleradores dos ODS segundo o modelo iSDG: saúde, educação, proteção social, agricultura, segurança alimentar, eletricidade, água, saneamento e ação climática.

Quadro 5: Aceleradores dos ODS, segundo o modelo iSDG

Acelerador	Impactos Diretos e Sinérgicos Esperados
Saúde	Melhoria da qualidade de vida e da produtividade.
Educação	Efeitos estruturantes de longo prazo
Proteção Social	Redução da vulnerabilidade e da pobreza multidimensional.
Agricultura e Segurança Alimentar	Estabilização de preços e melhoria nutricional.
Eletricidade	Expansão do acesso a serviços e incentivo à economia.
Água e Saneamento	Redução de doenças e aumento da dignidade.

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Relatório Acelerando os ODS em Angola, PNUD, 2024.

Conforme indicado no quadro 5, cada um desses fatores possui impactos diretos e sinérgicos, como a melhoria da qualidade de vida, a redução da vulnerabilidade, a estabilização de preços e o fortalecimento da resiliência frente a eventos extremos. Portanto, a promoção da agricultura sustentável em Angola emerge como um eixo estratégico para a erradicação da pobreza e da fome, bem como da diversificação econômica do país. Contudo, para que essas potencialidades se concretizem, é indispensável articular planejamento, financiamento, capacitação institucional e monitoramento contínuo.

Somente com uma abordagem interdisciplinar que integre as dimensões ambiental, econômica, social e política, será possível transformar os desafios em oportunidades e avançar rumo a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Nesse contexto, é fundamental retomar a análise interdisciplinar das quatro dimensões da sustentabilidade, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade adaptativa do Estado e da coerência entre planejamento, execução e financiamento. Em vista disso, a literatura consultada reforça que abordagens setoriais são insuficientes para o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2002; Veiga, 2010; Arantes, 2019).

Por exemplo, a degradação ambiental não afeta apenas populações vulneráveis, como também diminui a produtividade dos ecossistemas e aprofunda desigualdades sociais (Maglio e Junior, 2019). No contexto econômico, destaca-se a dependência do petróleo, responsável por 60% das receitas fiscais em Angola (ver quadro 3), o que evidencia as limitações de uma economia não diversificada (Costa e Favareto, 2023).

A trajetória angolana pós-2004 demonstra avanços relativos em iniciativas como a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) e o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2013-2017, que resultaram em redução da pobreza, embora persistam desafios estruturais, como a degradação ambiental e o acesso limitado à água potável.

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN, 2023-2027) atual, ao fortalecer o capital humano e a segurança alimentar, demonstra potencial para superar a fragmentação das políticas, especialmente quando aliado ao Quadro Nacional de Financiamento Integrado (INFF). Dentre as recomendações, destacam-se: (i) o Fortalecimento dos mecanismos de governança intersetorial; (ii) a Implementação efetiva do INFF para garantir financiamento adequado; (iii) a Adoção de indicadores multidimensionais para avaliação de políticas públicas; e a (iv) Promoção de processos participativos que valorizem o conhecimento local.

Assim, conforme indica Sachs (2002), a construção de um futuro sustentável em Angola dependerá da capacidade de articular crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental em um modelo coerente e adaptado às especificidades nacionais, superando a tradicional “arenga da incompatibilidade” entre desenvolvimento e sustentabilidade (Veiga, 2010).

Por sua parte, a análise segue na próxima seção. Esta etapa foi construída com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com oito (08) profissionais angolanos, cujas trajetórias estão diretamente vinculadas à temática da investigação. Para tanto, a discussão seguiu uma abordagem qualitativa, organizada em subseções que exploraram as quatro dimensões da sustentabilidade – ambiental, econômica, social e política – a partir das perspectivas dos participantes.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA, DESAFIOS E PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Esta seção objetiva apresentar e discutir os resultados empíricos obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas com 8 profissionais angolanos, cuja relevância acadêmica e profissional está diretamente vinculada à temática. Conforme delineado no percurso metodológico (seção 1 e na subseção 4.1), o desenvolvimento da discussão se estrutura a partir da triangulação dos dados, um procedimento essencial para a análise de entrevistas.

Esse processo confronta três fontes cruciais: o planejamento e as estratégias para a implementação das políticas para a erradicação da fome e da pobreza em Angola, expresso no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023-2027); o referencial teórico estabelecido na seção 2 (com foco na ecossocioeconomia de Sachs (2007) e na abordagem de desenvolvimento como liberdade de Sen (2000)); e, fundamentalmente, na percepção e no diagnóstico dos atores-chave (entrevistados).

Desse modo, a análise está estruturada em oito subseções, que abordam as diferentes dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social e política), além dos pressupostos metodológicos, da caracterização do perfil dos participantes, das experiências da atuação no contexto da temática em Angola e a análise integrada das dimensões na ótica dos participantes. Essa estrutura visa proporcionar uma compreensão interdisciplinar do fenômeno em estudo, respeitando a complexidade do tema e valorizando as vozes daqueles que vivenciam e refletem criticamente sobre as dinâmicas do desenvolvimento sustentável no contexto angolano.

4.1 Dos pressupostos metodológicos

A análise das entrevistas buscou compreender, a partir da percepção dos participantes, os principais desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável em Angola, com especial atenção à concretização das metas da ODS 1, que visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares, e da ODS 2, que preconiza acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Diante disto, para a seleção dos entrevistados, utilizou-se a técnica de escolha intencional mediante o interesse dos participantes. Segundo Bota (2023, p. 66), “esta técnica consiste na seleção intencional dos participantes que reúnam as características para participar do estudo, assim como sua disponibilidade”.

Desse modo, o processo de escolha dos entrevistados teve início através do contato por via endereço eletrônico e prosseguiu via *Whatsapp*, informando os participantes sobre de que se tratava à pesquisa e convidando-os a participar da mesma.

Durante a realização das entrevistas, houve algumas dificuldades que a princípio fizeram com que das 10 entrevistas que tínhamos previstas fazer, conseguimos 8. Essas dificuldades foram nomeadamente: diferenças no fuso horário e indisponibilidade por razões de viagens no interior do país.

Assim sendo, durante o processo, registaram-se duas recusas. Foram realizadas 8 entrevistas, sendo todos participantes residentes em Luanda, a capital do país, mas com deslocações frequentes em outras províncias devido à natureza das atividades laborais dos participantes.

Das várias técnicas existentes no método qualitativo, optamos pela entrevista semiestruturada. Segundo Bota (2023, p. 68), “[...] ela dá maior liberdade ao pesquisador em dirigir perguntas que não constam do guião e vão surgindo ao longo da conversa para uma melhor compreensão da questão em causa, facilitando a interação entre o pesquisador e o entrevistado”.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente por via *Google Meet*, com câmara aberta sempre que possível e gravadas com um dispositivo de som, de modo a facilitar o tratamento posterior dos dados. A duração foi variando de acordo com a disponibilidade dos participantes conforme ilustrado na tabela 3.

Tabela 3: Tempo de cada entrevista

Entrevistado	Tempo da entrevista	Instituição em que atua
E1	1h 15 minutos	Universidade Católica de Angola
E2	1h 03 minutos	Ministério das Obras Públicas
E3	1h 22 minutos	Ministério do Meio Ambiente
E4	1h 02 minutos	Sonangol
E5	1h 38 minutos	Resurb
E6	1h 05 minutos	Universidade Agostinho Neto
E7	1h 20 minutos	Resurb
E8	1h 10 minutos	Universidade Agostinho Neto

Fonte: Elaboração própria

Realizamos a gravação observando os princípios vigentes pelo comitê de ética da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) em pesquisas com seres humanos. Antes de cada entrevista, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhou os objetivos da dissertação, o método de coleta e a finalidade da investigação (Apêndice II). Optamos por essa técnica porque após a compreensão do propósito da pesquisa, os entrevistados mostram-se mais receptivos à gravação em áudio das entrevistas.

No entanto, alguns constrangimentos como a baixa conectividade da internet e queda constante no sinal dos participantes poderiam contribuir negativamente para o êxito das entrevistas, contudo, a relevância acadêmica dos entrevistados permitiu que eles de forma alguma perdessem o fio condutor da abordagem, visto que não exigiu de o pesquisador lembrar os entrevistados sobre onde tínhamos parado.

Os dados foram recolhidos, com base em roteiro de entrevistas, compostas por 37 perguntas, subdivididas em 6 seções. A primeira seção traz algumas questões introdutoras que ajudam a caracterizar o perfil dos participantes. A segunda seção procura captar questões relacionadas às experiências dos participantes no contexto do desenvolvimento sustentável em Angola. A terceira seção procura captar a percepção dos participantes sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade. Já a quarta seção procura captar a percepção dos participantes sobre a dimensão econômica da sustentabilidade. A quinta seção procura captar a percepção dos participantes sobre a dimensão social da sustentabilidade. A sexta e a última seção procuram captar a percepção dos participantes sobre a dimensão política da sustentabilidade.

Para assegurar e valorizar as vozes dos participantes que vivenciam no seu dia a dia o fenômeno em estudo, vamos descrever as suas falas de forma fiel. Desse modo, os entrevistados serão identificados pela profissão e pelo número da entrevista. Assim, a análise dos dados baseou-se na identificação dos assuntos relevantes em cada seção do guião da entrevista, tendo como propósito captar as opiniões predominantes sobre cada seção respondida. Nesse sentido, a análise seguiu essencialmente as seguintes fases.

Primeiro, a leitura de todo o material transcrito. Segundo, agrupamos os dados em categorias de análise, conforme propõe Bardin (2011). Essas categorias foram: (i) Perfil e características dos participantes da pesquisa (ii) Das experiências da atuação no contexto da sustentabilidade em Angola (iii) o Ambiental, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes (iv) o Econômico, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes (v) o Social, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes (vi) o Político, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes e (vii) Análise integrada das dimensões sob a ótica dos participantes. Por fim, foi feita a triangulação com os documentos oficiais consultados e a fundamentação teórica.

4.2 Perfil e características dos participantes da pesquisa

A validade dos dados obtidos em uma pesquisa qualitativa depende intrinsecamente da qualidade dos informantes selecionados. Neste estudo, a constituição do grupo de participantes obedeceu ao critério de seleção intencional, buscando reunir profissionais cuja trajetória acadêmica e atuação profissional justificassem a sua participação na pesquisa.

Assim, o corpo de participantes abrange áreas cruciais para a compreensão do desenvolvimento sustentável, incluindo Engenharia Ambiental, Engenharia Geográfica, Demografia, Sociologia e Biologia. Essa diversidade de formações permitiu que o fenômeno estudado, fosse observado sob múltiplas perspectivas: desde a evolução do marco legal a limitações e oportunidades para o desenvolvimento sustentável em Angola. Ao nível de formação acadêmica, os participantes são majoritariamente compostos por pós-graduados, com uma trajetória profissional assinalável como se pode observar no quadro 6.

Quadro 6: Caraterização dos entrevistados

Entrevistado	Formação acadêmica	Atuação profissional
E1	Doutor em Ciências Ambientais	Professor universitário
E2	Mestre em Urbanismo Sustentável	Coordenador no Instituto Nacional de Habitação
E3	Lic. em Engenharia Geográfica	Geoprocessamento aplicado ao meio ambiente
E4	Lic. em Geodemografia	Qualidade, Higiene e segurança no Trabalho no sector petrolífero
E5	Mestre em Biodiversidade, Genética e Conservação	Biólogo na Resurb
E6	Mestre em Sociologia	Professor universitário e comentador na Tv
E7	Mestre em Ciências Ambientais e Tecnologias	Consultor ambiental e social na Resurb
E8	Doutor em Demografia	Professor universitário

Fonte: Elaboração própria.

Assim, como mostra o quadro 5, a escolha dos entrevistados não foi aleatória, mas sim criteriosa e intencional. Desse modo, a experiência trazida por esses atores-chaves ofereceu a pesquisa maior compressão do objeto de estudo, garantindo que a análise dos desafios, estratégias e oportunidades que serão apresentadas nas subseções a seguir, estejam alicerçadas em vivências reais que reflitam o atual contexto angolano.

4.3 Das experiências da atuação no contexto da sustentabilidade em Angola

A relevância do corpo de entrevistados para o presente estudo reside não apenas na sua formação acadêmica, como detalhado na subseção anterior, mas principalmente na sua extensa experiência de atuação prática no contexto angolano, em áreas que se entrecruzam com as políticas de desenvolvimento sustentável.

A visão oferecida por este grupo de profissionais é, portanto, o resultado de uma imersão contínua nas dinâmicas institucionais e territoriais do país, permitindo-lhes analisar a distância entre aquilo que está escrito no papel (o planejamento governamental, como o PDN 2023-2027) com a realidade de facto (a implementação no território).

A atuação dos participantes distribui-se em três eixos de experiência técnico-territorial, político-institucional e o socioeducacional que, em conjunto, formam um panorama crítico e abrangente. No eixo técnico-territorial, os profissionais em engenharia geográfica e áreas afins trazem experiências diretas na produção e gestão do espaço físico, evidenciando os desafios estruturais que comprometem a viabilidade ecológica e a qualidade de vida.

O entrevistado E1 destaca a importância da prática ambiental aliada à educação técnica, afirmando que:

[...] tenho estado a realizar também trabalhos práticos com estudantes no campo, sobretudo naquilo que é a ferramenta de separação dos resíduos sólidos, como hierarquia para melhor poder dar-se o tratamento, que é uma situação que Angola ainda somos pioneiros. Estamos aprendendo com os demais [...] para podermos então melhorar o próprio ambiente no país onde nos encontramos (E1).

Já o entrevistado E3, engenheiro geógrafo, enfatiza a necessidade de integração entre o ordenamento do território e a sustentabilidade ambiental, relatando:

já trabalhei para a área de crimes contra o ambiente [...] e tenho muito interesse em fazer estudos sobre planeamento, gestão e ordenamento de território e ambiente. [...] Falo sobre ordenamento de território, sobre os desafios e perspectivas angolanas [...] voltado na questão do desenvolvimento urbano e as implicações ambientais (E3).

O entrevistado E4, com experiência na área petrolífera, acrescenta a dimensão prática da sustentabilidade empresarial, observando que:

[...] levamos a cabo um conjunto de ações através de uma consultoria privada dentro da empresa, que visava a implementação de políticas de ambiente e segurança no trabalho, especificamente na preservação e no tratamento de resíduos sólidos [...] tenho participado em debates relativamente à proteção do ambiente em Angola (E4).

A essas vozes, soma-se ao do entrevistado E5, que participou de projetos ambientais de grande escala, referindo:

[...] participei de um dos maiores projetos a nível regional na bacia do Cubango-Ocavango [...]. Fizemos o primeiro inventário florestal regional [...] o primeiro estudo de impacto ambiental nas atividades de desminagem em Angola [...] garantindo que as questões de sustentabilidade estivessem salvaguardadas (E5).

Essas experiências convergem na constatação de que a sustentabilidade em Angola é uma construção prática e contínua, enfrentando limitações de infraestrutura, fiscalização e formação técnica, conforme reforçado também pelo entrevistado E7:

[...] tenho atuado desde 2021 como consultor ambiental e social, participando de vários projetos de estudo de impacto ambiental e monitoramento ambiental [...] percebi que Angola apresenta uma tendência positiva, mesmo existindo uma longa estrada a percorrer (E7).

Em relação ao eixo político-institucional, a experiência dos participantes revela o cerne da crise de implementação. Alguns entrevistados (E1; E2; E6 e E8) já participaram na elaboração ou fiscalização de regulamentos e políticas públicas, o que lhes confere a autoridade para criticar a eficácia da governança no país.

Suas vivências no ambiente institucional fornecem contribuições valiosas sobre o porquê de as estratégias de diversificação econômica preconizadas no PDN 2023 – 2027 e de combate à pobreza plasmada na Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) permanecerem ineficazes.

Nesse domínio, destacam-se as experiências de profissionais que atuam na interseção entre a formulação e a aplicação das políticas públicas. O entrevistado E2 ilustra essa dimensão ao afirmar: “sou mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território [...] e sou coordenador do Departamento do Instituto Nacional da Habitação [...] falo sobre Urbanismo e Ordenamento do Território”. A reflexão política e institucional, nesse contexto, evidencia que os entraves à sustentabilidade não residem na ausência de políticas, mas na deficiente articulação entre os níveis de governo e na falta de fiscalização efetiva, um ponto já destacado teoricamente no eixo anterior e reiterado pela prática destes profissionais.

Por fim, o eixo socioeducacional evidencia o papel das universidades e da formação cívica como pilares da sustentabilidade. O entrevistado E8 descreve essa ligação entre o ensino superior e a reflexão ética sobre o desenvolvimento “[...] sou doutor em demografia. Leciono na Universidade Agostinho Neto desde 2003 [...]. Leciono cadeiras de Filosofia e Demografia [...] Tenho participações em vários colóquios, seminários, palestras, tratando diversos temas”.

A atuação deste e de outros académicos refletem a importância da educação e do pensamento crítico na construção de uma consciência ambiental sólida. Suas experiências validam a teoria de Sen (2000) sobre o Desenvolvimento como Liberdade, ao destacar que a erradicação da pobreza e da fome é, em última análise, um processo que depende da expansão das capacidades e liberdades individuais e da participação ativa da sociedade. Dessa forma, a triangulação das experiências dos atores-chave – que navegam entre a técnica, a política e o social - fornece a base empírica para a análise crítica das quatro dimensões, aprofundando o debate a partir da subseção 4.4.

4.4 O ambiental, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes

A dimensão ambiental, frequentemente relegada a um papel secundário diante das prioridades do crescimento económico, constitui, na verdade, o alicerce biofísico da sustentabilidade. Tal constatação reforça a necessidade de incorporar a prudência ecológica como princípio orientador fundamental, especialmente na formulação e implementação de estratégias que visem o desenvolvimento sustentável (Cesar e Silva, 2023).

A advertência da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, sobre a necessidade de proteger o meio ambiente para não comprometer as futuras gerações ressoa de forma crítica em Angola, um país cujo crescimento demográfico e a exploração mineral desenfreada impõem uma pressão destrutiva sobre os seus ecossistemas (Lopes *et al.*, 2017).

As vozes dos entrevistados confirmam que os limites ambientais em Angola, derivam não apenas de causas naturais, mas, sobretudo, da ausência de políticas integradas e de uma cultura ambiental efetiva. O entrevistado E1 corrobora a existência de lacuna educacional e reitera o carácter insustentável da atividade mineral, pontuando que:

[...] o desenvolvimento sustentável é um conhecimento que deve ser partilhado a partir do ensino primário [...]. Lamentavelmente, nós ainda não temos programas que nos levam a atingirmos este patamar [...]. Então no nosso país ainda nem temos o controle, faltam-nos ferramentas. Só para lhe dar um exemplo, o garimpo no território das Lundas norte e sul, Malanje, Bié, e hoje fala-se muito do cobre em muitos territórios, fala-se muito do ouro, em outras partes de Angola, e este ouro, estes minerais estão a ser explorados da forma

insustentável porque o garimpeiro quando chega, o que é que ele pretende? Exclusivamente encontrar o mineral e depois nessa que ele faz o povoamento (E1).

Essa declaração mostra que a degradação ambiental é agravada pela ausência de programas de educação ambiental e pela exploração predatória de recursos minerais, um problema também refletido na literatura (Leff, 2001; Sachs, 2007), que associa a sustentabilidade à formação de consciência crítica e coletiva.

Em consonância, o entrevistado E2 ressalta o impasse entre a preservação ambiental e a subsistência das populações locais, evidenciando as contradições sociais inerentes ao modelo de desenvolvimento atual.

[...] hoje, para manter o equilíbrio ambiental, nós temos que salvaguardar um tecido verde. Mas repara, como é que nós vamos salvaguardar o tecido verde se as populações para sobreviver devem desmantar parte considerável das partes verdes para a sua sobrevivência? Enquanto que, por exemplo, na realidade portuguesa que eu conheço, existe um regime que é o RAN-REN, que é a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional. Ou seja, na elaboração dos planos diretores, da escala nacional até a escala local, são salvaguardados espaços verdes. Mas nós não podemos cumprir essas metas em termos ambientais na medida em que nós ainda temos questões sociais para atender (E2).

Essa reflexão revela uma tensão estrutural entre pobreza e sustentabilidade, o que Sen (2000) descreve como a contradição entre liberdades instrumentais e condicionamentos materiais. O entrevistado E3, por sua vez, amplia o debate ao conectar a realidade angolana às dinâmicas globais de mudança climática, pontuando que:

[...] os principais desafios ambientais que a Angola enfrenta [...] a questão da alteração climática é uma questão global... temos que dar sentido, nos últimos 10 anos, à questão da proliferação da seca na zona do Cunene [...] consequência das alterações climáticas [...] estamos a gastar mais energia, mais água, em função das alterações climáticas (E3).

Essa fala evidencia o impacto direto das alterações climáticas na realidade nacional, sobretudo no sul do país, onde secas prolongadas afetam tanto a produtividade agrícola quanto a disponibilidade de água confirmando o entrelaçamento entre vulnerabilidade ecológica e desigualdade social.

Já o entrevistado E4 apresenta um relato contundente sobre os impactos ambientais diretos da atividade industrial petrolífera, fundamentando sua análise em vivências de campo.

Eu tive a oportunidade de acompanhar dois fenômenos [...] derrames de petróleo no mar [...] particularmente em Cabinda [...] consequências gravíssimas para as espécies marinhas [...] em 2023, em Luanda, foram encontrados peixes mortos [...] sabemos que isso são consequências da poluição ambiental marinha... emissão de gases ao meio ambiente... vão diminuindo cada vez mais a camada de ozono (E4).

Essa observação, alinhada à crítica de Peçanha *et al.* (2012), demonstra que a exploração de hidrocarbonetos em Angola opera sob um modelo de desenvolvimento extrativista e pouco regulado, gerando impactos ecológicos significativos e persistentes. O entrevistado E7 também reforça a ideia de contradição entre crescimento econômico e proteção ambiental, destacando falhas na gestão territorial e urbana:

[...] Angola enfrenta fortes desafios em termos de gestão de resíduos sólidos e águas residuais [...] há contradições entre crescimento econômico e preservação ambiental [...] exemplo do aeroporto internacional construído em área de conservação (E7).

Aqui, o entrevistado evidencia um padrão recorrente: a priorização do progresso material em detrimento do equilíbrio ecológico, um conflito que caracteriza grande parte das políticas urbanas contemporâneas da Angola.

O entrevistado E8, por sua vez, enfatiza que a ineficácia institucional e a corrupção configuram-se como os principais entraves à implementação das políticas ambientais: [...] os regulamentos são muito ricos [...]. Infelizmente, há dois obstáculos: incompetência e inexperiência dos técnicos [...] e a corrupção, que corrói todos os objetivos [...] veja como a cidade de Luanda está crescendo [...] periferia sem ruas, sem saneamento (E8).

Diferente das anteriores, essa fala desloca o eixo da discussão do plano físico para o institucional, evidenciando que a crise ambiental é, em essência, uma crise de governança e ética pública.

4.5 O econômico, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes

A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável exige a conciliação entre a eficiência econômica, prudência ecológica e a justiça social (Cesar; Silva, 2023), desafio particularmente relevante para Angola, cuja economia tem sido historicamente marcada pela dependência do setor petrolífero.

Embora Rocha (2011) destaque que o país registrou taxas de crescimento superiores a 10% ao ano entre 2002 e 2010, esse avanço esteve concentrado em um único setor, o que, somado ao acelerado crescimento demográfico, resultou em uma estrutura econômica vulnerável.

Nesse contexto, os lucros obtidos não se converteram em maior equidade social nem garantiram sustentabilidade a longo prazo. Segundo Sachs (2002), o verdadeiro caminho para o desenvolvimento sustentável passa pela ecossocioeconomia, que pressupõe a diversificação produtiva e uma análise que vá além dos tradicionais indicadores de Produto Interno Bruto (PIB), priorizando a qualidade do crescimento e o bem-estar coletivo.

Um dos principais obstáculos destacados pelos participantes da pesquisa é a gestão ineficaz e a ausência de responsabilidade fiscal, fatores que comprometem diretamente a capacidade do Estado de investir de forma sustentável.

É nesse contexto de fragilidade institucional e necessidade urgência de diversificação econômica, que as opiniões dos entrevistados nos ajudam a esclarecer tanto os desafios quanto às oportunidades que se apresentam para Angola.

O entrevistado E1 fundamenta a discussão a partir na desigualdade territorial, enfatizando o hiato existente entre os meios urbanos e rural ao afirmar que:

[...] entre a cidade e o campo, a situação também é deplorável. Economicamente, um indivíduo que vive numa localidade sem água, sem energia elétrica, sem escola, sem um posto médico, tem pobreza extrema. Qual será sua contribuição em termos de produto interno bruto? Zero (E1).

Esse relato revela a interdependência entre infraestrutura e desenvolvimento: a ausência de serviços básicos limita a produtividade e, conseqüentemente, a capacidade contributiva das populações rurais. Assim, a pobreza estrutural emerge como um bloqueio direto à sustentabilidade econômica.

O entrevistado E2 corrobora essa perspectiva crítica, contudo, redireciona a análise para o modelo de governança econômica.

[...] nós temos um Estado excessivamente intervencionista[...]. As nossas decisões econômicas foram muito mal tomadas, hoje, agora, estamos a passar por reformas estruturantes, muito por consequência da intervenção da própria FMI na nossa economia, porque a FMI, ele te empresta o dinheiro e dita como você vai gastar o dinheiro e isso, no final do dia, o que está acontecendo? Isso tem condicionado o nosso desenvolvimento, porque as pessoas, mas por que[...] subiu o preço do combustível? Não, subiu o preço do combustível porque o Estado deseja subvencionar, o Estado deseja subvencionar porque o

Estado tem muitos encargos, como é que o Estado vai ter, o Estado que quer revolucionar a economia vai ter muitos encargos, mas tem um problema, mas quando o Estado assim intervém, prejudica um tecido social, qual é? Dos pobres, por que que vai acontecer? Porque, por exemplo, eu sou funcionário de uma instituição, tenho um cartão de combustível, o que significa o que? Que a subida dos preços do combustível, a mim não afeta tanto, por quê? Porque eu tenho um cartão, daí está, nós tomamos medidas homogêneas para uma sociedade heterogênea, vai afetar outras classes sociais, a coisa é que o pobre vai continuar cada vez mais pobre, daí, o primeiro passo é pensar o nosso modelo económico, se ela existe, se ela existe (E2).

Ao problematizar o intervencionismo estatal, o E2 aponta a rigidez administrativa como entrave à inovação e à criação de emprego, dois pilares centrais para uma economia sustentável. Essa leitura converge com a crítica institucional de Sachs (2002), segundo a qual o desenvolvimento só é duradouro quando há autonomia produtiva e descentralização.

A desigualdade na distribuição da renda surge como tema recorrente entre os entrevistados. O entrevistado E4 propõe uma abordagem redistributiva e integradora:

[...] do ponto de vista económico, dizer que a erradicação da pobreza, no sentido absoluto, ou para termos, por exemplo, a fome zero, já fazendo acolação ao segundo objetivo dos ODS, não seria possível. Nós conhecemos a conjuntura social e política que o mundo enfrenta, e Angola não está isento e não é uma exceção. Mas, uma das medidas que poderiam viabilizar o desenvolvimento sustentável é a distribuição equitativa da renda[...]. E a criação de condições sociais que visassem à amenização das vulnerabilidades sociais, das camadas mais afetadas pela situação económica e a crise que assola o nosso país. O programa Kwenda¹³ é um passo importante [...] mas com 25 mil kwanzas não consegue satisfazer as necessidades [...] era preciso capacitar, potencializar essas famílias para que a médio prazo elas consigam autossustentarem-se. Quando nós olhamos, por exemplo, para este ponto que eu levanto aqui da distribuição equitativa da renda, nós estamos a falar, nos apegarmos no cerne da questão, do problema. O que faz com que a população negligencie a questão ambiental? É que a população acha que não há nenhuma outra forma, não deve haver respeito, porque eu estou com fome, porque eu tenho problemas, então eu vou usar aquilo que estiver ao meu alcance para que eu consiga satisfazer as minhas necessidades, não importando os prejuízos, os danos que eu possa causar ao meu ambiente. Ilustre, João, nós precisamos olhar, por exemplo, para a ação dos caçadores nas florestas, para

¹³ O projeto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social – KWENDA constitui uma política pública estratégica do Governo de Angola, financiada por um empréstimo do Banco Mundial e executada sob a coordenação do Instituto de Desenvolvimento Local (FAS). Conforme estabelecido pelo Instituto de Desenvolvimento Local (2022), a iniciativa tem como objetivo central reforçar a capacidade do setor de proteção social para mitigar a pobreza no curto e médio prazo, visando o aumento da capacidade aquisitiva das famílias em situação de vulnerabilidade e o estabelecimento de um sistema eficaz de proteção social nacional. A operacionalização do programa ocorre de forma integrada por meio de quatro eixos fundamentais: as Transferências Sociais Monetárias (TSM), para a atribuição direta de renda; a Inclusão Produtiva, que fomenta iniciativas económicas das famílias; a Municipalização da Ação Social, concretizada através dos Centros de Ação Social Integrados (CASI) para aproximar os serviços dos cidadãos; e o Cadastro Social Único, que centraliza as informações sobre pobreza e vulnerabilidade no país (FAS, 2022).

a ação dos que fazem a prática e a promoção do carvão nas florestas. Por que eles vão às florestas? Por que os caçadores vão abater as espécies selvagens nas florestas? Por causa da fome. Então, se o governo criar mecanismos, por exemplo, empregos, ainda que seja de média renda, se essas pessoas forem empregadas, se essas pessoas tiverem uma outra fonte alternativa de rendimento para satisfação das suas necessidades, das necessidades das suas famílias, elas deixam de praticar essas ações que põem em perigo a biodiversidade (E4).

Essas falas reiteram consenso sobre a necessidade de uma economia inclusiva, que ofereça condições reais para que as famílias possam gerar renda de forma autônoma. Ambas associam sustentabilidade ao empoderamento produtivo, em linha com a visão de Desenvolvimento como Liberdade de Sen (2000).

Ao examinar a estrutura econômica, o entrevistado E7 destaca os fatores materiais que limitam o crescimento sustentável, elencando possíveis áreas para a atuação do Estado.

[...] a falta de investimento é o primeiro obstáculo que eu poderia aqui mencionar. Estes investimentos estariam direcionados para os setores que fiz menção. Segundo, a falta de infraestruturas. A falta de infraestruturas que servem de suporte para que estes investimentos sejam canalizados para onde devem ser. Nós aqui podemos observar que a nossa realidade ainda tem esse controverso. Pensem logo, há intenções, mas em contrapartida, essas intenções não são realocadas por onde devem ser[...] um outro aspecto é quanto ao desemprego.” [...]. A grande luta dos países é a questão da própria resiliência energética, a substituição dos combustíveis fósseis pela energia renovada, como a energia solar fotovoltaica, a energia eólica. Então, eu penso que há essa necessidade do governo começar a olhar para esses setores como setores estados para alavancar o processo de desenvolvimento sustentável. Felizmente, já podemos notar, por exemplo, na região de sul centro, a implementação de iniciativas que o governo comete no setor energético, reaproveitando o potencial que essas regiões têm da incidência da radiação solar, referindo aqui à província do Namibe, à Huíla, o Bié, que tem um potencial em termos de incidência da radiação solar para poder, assim, reduzir a dependência dos combustíveis e combustíveis fósseis como mecanismo de produção de energia (E7)

Tais afirmações demonstram a circularidade entre pobreza, degradação ambiental e ineficiência econômica, um ciclo vicioso que compromete tanto o capital natural quanto o humano. Por fim, o entrevistado E8 retoma a dimensão institucional, sugerindo caminhos para a absorção produtiva e o empreendedorismo:

[...] é preciso que o Estado, tanto o Estado como a instituição privada tenham uma estratégia de absorção da mão-de-obra [...]. É que jovens saem das universidades, saem dos institutos médios, etc., etc. Portanto, se as universidades, os institutos médios formam quadros e esses quadros vão no desemprego, e muitos deles vão engraxando os sapatos, são chamadores, etc., etc., isso tem dois impactos. O primeiro impacto é desmotivação na formação.

Os jovens perdem incentivo na formação. Por quê? Pois quando olha, indivíduos passaram um ano nas universidades, mas estão engraxando sapatos, estão carregando peso nos mercados, não encontram emprego (E8).

Os relatos dos E8 e E2 convergem ao indicar que o desemprego entre jovens não é apenas um problema conjuntural, mas sim, resultado de uma falha estrutural na articulação entre formação e capacidade de absorção desses jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, o Estado assume um papel central como agente estratégico, responsável por criar condições institucionais que favoreçam a absorção produtiva da mão de obra, por meio do estímulo à inovação, ao empreendedorismo e à geração de emprego.

No entanto, quando essa mediação estatal não ocorre, verificamos um duplo efeito: por um lado, há o desperdício do capital humano, com indivíduos qualificados inseridos em ocupações de baixa produtividade; por outro, instala-se um processo de desmotivação educacional, que compromete os incentivos à formação e perpetua o ciclo de pobreza e vulnerabilidade social.

4.6 O social, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes

A dimensão social do desenvolvimento sustentável não se restringe à mera assistência, mas sim à garantia de equidade, justiça social e à expansão das capacidades humanas, conforme indica Sen (2000). Para este autor, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo a pobreza a privação de capacidades básicas.

No contexto angolano, a dimensão social da sustentabilidade revela-se como a mais fragilizada. Isso ocorre porque o crescimento econômico, fortemente dependente da exportação de petróleo, não se traduziu em melhorias nas condições de vida para a maioria da população. Como resultado, observamos elevados índices de desigualdade e exclusão social, fatores que comprometem diretamente a consecução dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome Zero).

Além disso, o limite social mais severo – já discutido na subseção 4.4 (Ambiental) - manifesta-se como uma crise de poluição hídrica, decorrente da falha estrutural na provisão de saneamento básico.

Esse problema, por sua vez, transcende o dano ecológico e transforma-se em uma crise de dignidade humana, tornando-se um marcador evidente da exclusão social. Nesse sentido, os depoimentos dos entrevistados convergem ao afirmar que a pobreza em Angola está

intrinsecamente ligada à exclusão e à falta de oportunidades. O entrevistado E1 resume essa relação ao afirmar que:

[...] a pobreza está de mãos dadas com a violação do meio geográfico. O indígena que está no canto tem duas hipóteses, ou viola o espaço geográfico para poder sobreviver, ou morre. Vamos ao que sucede na Angola profunda, em todas as províncias: é o fabrico do carvão. Um camponês fez uma entrevista na localidade do Suon-Morói, a semana passada e ele perguntou-me: se eu não derrubar uma árvore para fazer um carvão, como é que vou comer? Ele não tem gás de cozinha? Quantas árvores ele derruba para completar um saco de carvão? Depende do diâmetro desta árvore. Suponho uma são 2, 3, 4 árvores. E quantas árvores ele planta? Zero. Portanto, os dois estão a devastar. Mas ele está a devastar para resolver as suas necessidades vitais. Seria possível nós contornarmos esta situação? Sim, porque as localidades estão conhecidas. Era a implementação de projetos a partir do IDA que é o Instituto de Desenvolvimento. O IDF é, na verdade, que o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Ministério da Agricultura (E1).

Esse depoimento revela o dilema das pessoas em situação de extrema pobreza, que muitas vezes, precisam escolher entre garantir sua sobrevivência e preservar o meio ambiente. Por sua vez, a carência de educação e de qualificação técnica aparece como um dos limites mais persistentes. O entrevistado E2 denuncia que:

[...] nós ainda temos problemas com a fome, João, nós ainda temos problemas com o desemprego, João, nós ainda temos problemas com a escolaridade e você, e o Francisco, e o outro rapaz, esqueço agora o nome dele, são promotores do projeto OLEKA. Na altura, na minha casa, quando eu vivia na Marconi, ainda falei com você a esse respeito. Ou seja, como é que você pode desenvolver políticas quando a população não está escolarizada ainda para te compreender? Você está percebendo, João, como é que nós vamos entender? A natalidade, ela é tão crescente, aqui abro parênteses para colocar um conceito que é a tragédia dos comuns, por que eu digo isso aqui? Como você quer desenvolver uma política que atenda a todos quando só o João sozinho nesse país tem 15 filhos? Significa o seguinte, o Estado deve atender a necessidade dos 15 filhos que o João fez (E2).

Essa perspectiva é reforçada pelo entrevistado E8, que vincula o analfabetismo às dinâmicas das estruturas de poder. Segundo ele “sem educação o cidadão não tem formação [...] ele é ignorante não por querer, mas por estratégia da governação [...] sem escolaridade, não há consciência ambiental.

Ambos apontam para um círculo vicioso entre pobreza, ignorância e exclusão, que bloqueia o avanço social e ambiental do país. Outro ponto de convergência é o impacto social das mudanças climáticas. O entrevistado E3, por sua parte, observa:

[...] temos uma cidade de Luanda, que, na verdade, consente com a densidade, com a pressão demográfica, fala muito bem o Francisco Maiala no seu trabalho de fim do curso, consequente dessa migração forçada, como consequência não só da questão da justiça social e da equidade, que tanto se poderia esperar, mas também, muito às vezes, pelas consequências das alterações climáticas. Olha, esse enquadramento que você faz também é muito interessante, dos desafios, particularmente do ponto de vista da proteção ambiental que a Angola enfrenta. Mas, voltaremos novamente no quadro legal. Uma das formas de mitigar seria a questão do quadro legal. E eu pensei, e recentemente estive a ler um pouco sobre isso, vi o ENAC, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas, se não estou em erro. Nós temos o novo, não tão novo, o PND, o Plano Nacional de Desenvolvimento 23 e 27, que também vem plasmado essa necessidade da proteção ambiental (E3).

Já o entrevistado E5 complementa: “as mudanças climáticas trazem problemas sociais e econômicos [...] ausência de água impacta comunidades [...] causa fome [...] comunidades dependem da fauna e flora para sobreviver”.

Assim sendo, tanto o E3 quanto o E5 ressaltam que os desastres ambientais afetam desproporcionalmente os mais pobres, o que evidencia que a crise ambiental está intrinsecamente ligada à justiça social. Além disso, no âmbito laboral, o entrevistado E4 chama atenção para a precarização do trabalho, bem como para a insuficiência das políticas públicas, referindo que:

[...]vale aqui trazer um dado fundamental na questão que levanta. Cerca de oito em cada dez pessoas empregadas em Angola têm um emprego informal. Oito em cada dez pessoas. Se olharmos para o tecido econômico, isto é grave. Este indicador já nos mostra as vulnerabilidades que as famílias acreditam e nós temos famílias alargadas. Num agregado de 12 pessoas, de 15 pessoas, havendo apenas uma pessoa que consiga trabalhar, isto é grave. Isto é grave. O programa Kwenda, é um passo importante e decisivo para proteger as populações mais vulneráveis, uma vez que visa chegar às famílias pobres em todos os municípios de Angola. Nós temos 1,6 milhão de famílias que correspondem a 32% da população beneficiarem a este programa ou a esta estratégia do governo. Mas qual é a subvenção que recebem mensalmente? São de 25 mil kwanzas. E o contexto atual socioeconômico da crise que o país vive atualmente com 25 mil kwanzas não consegue satisfazer as necessidades. Ora, havendo estes impasses, estas famílias que ao terem assistência social por parte do governo, quando não havendo, até porque esses subsídios não chegam provavelmente todos os meses, às vezes de forma aleatória e nem sempre abrange esta contingência populacional, então essas famílias tendem a buscar outros mecanismos para satisfação das necessidades. Eu penso que quando falarmos da resiliência ambiental, desenvolvimento sustentável, é preciso que o Estado ou o governo não venha apenas para dar assistência social, mas também educar ou preparar estas populações para que estejam dotadas de capacidades técnicas e sociais para produzir, para ajudar inclusivamente o crescimento econômico e de forma sustentável (E4).

Essa argumentação está alinhada à crítica de Sen (2000), que entende a pobreza como privação de capacidades e, por isso, destaca a importância de políticas públicas que promovam a capacitação dos cidadãos, em vez de se limitarem à assistência. Nessa mesma direção, o entrevistado E7 complementa essa perspectiva ao afirmar que:

[...] as desigualdades sociais e econômicas afetam o progresso de uma comunidade, comprometendo sua participação nos grandes desafios ambientais. Dessa forma, a população não instruída e que passa por necessidades intensivas, como incêndios e escassez de água, não tem força suficiente para contribuir no processo de implementação do desenvolvimento sustentável. Por isso, há a necessidade de o governo angolano olhar para as empresas que lidam diretamente com atividades que afetam as comunidades, para que estas recompensem e minimizem os impactos que produzem. Só assim poderemos enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável em Angola (E7).

Assim, percebemos que há a confirmação de que a inclusão social constitui um pré-requisito fundamental para a sustentabilidade. Afinal, sem formação adequada, torna-se inviável tanto a participação cívica quanto o desenvolvimento da capacidade produtiva. Dessa maneira, podemos afirmar que a sustentabilidade social em Angola depende diretamente da superação das desigualdades no acesso à infraestrutura básica, bem como da promoção efetiva de oportunidades reais de capacitação. Só a partir dessas condições é possível ampliar as liberdades e fortalecer a capacidade de escolha dos cidadãos.

4.7 O político, limites e perspectivas sob a ótica dos participantes

Na sequência, é fundamental analisar como a dimensão política se apresenta sob a ótica dos participantes, pois o sucesso do desenvolvimento sustentável revela-se, em sua essência, um desafio de governança e capacidade institucional. Nesse contexto, a dimensão política configura-se como o motor – ou, por vezes, o principal entrave – para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), já que dela dependem a elaboração de leis eficazes, a alocação de recursos e a fiscalização de sua execução.

Além disso, se as falhas sociais (subseção 4.6) e econômicas (subseção 4.5) são evidenciadas pela precariedade do saneamento e pela dependência do petróleo, a raiz desses problemas, segundo a percepção convergente dos entrevistados, reside na fragilidade da governança e na crise de integridade institucional do Estado angolano. Por sua vez, a ausência de vontade política para reformar estruturas viciadas compromete o planejamento e transforma as metas de sustentabilidade em meras declarações de intenção.

Assim, o limite mais crítico e corrosivo apontado por todos os entrevistados é a falha sistemática na implementação dos regulamentos e a consequente impunidade. Na visão dos participantes, a crise política é, sobretudo, uma crise de ética pública, em que as normas existentes não são respeitadas, independentemente de sua qualidade técnica.

Nesse sentido, um dos pontos de convergência mais fortes entre os participantes da pesquisa, refere-se à existência de um quadro legal e político formalmente adequado, mas profundamente ineficaz na prática. O entrevistado E3 enfatizou que o problema central não está na ausência de leis, mas sim na incapacidade de quem as executa, ao afirmar que:

[...] o nosso grande problema está na capacidade de interpretação de quem vai executar. E quem o [...] indica, pouco ele interessa saber se essa pessoa ou que este indivíduo, que este cidadão, que este servidor público compreende a essência de fato sobre o que é desenvolvimento sustentável. Se terá capacidade de analisar esse quadro legal, de escutinar esse quadro legal e criar estratégia para implementar dentro da jurisdição que assim vai administrar. Tu tens alguém que do ponto de vista político serve, mas que depois tem dificuldade em criar estratégia para implementar esses programas ou cumprir até os normativos legais, sou a dizer, cumprir até os normativos legais, sobre o desenvolvimento sustentável. Daí a razão é que nós temos leis bastante bonitas, aos olhos se verem, mas na sua aplicação falha, porque quem deve aplicar nem sequer tem a capacidade de interpretar este quadro legal (E3).

Essa perspectiva é corroborada pelo entrevistado E5, que reforça a ideia de que as políticas existem, mas não são operacionalizadas, ao referir que: as políticas estão lá, todas bem-feitas[...] o que falta é mesmo a própria implementação[...] é preciso criar comitês científicos e financiar investigação (E5).

A partir desse ponto, é nítido afirmar, que a falha sistemática na implementação dos regulamentos é associada, pelos participantes, a uma crise de ética pública, marcada pela impunidade, pela corrupção e pela fragilidade técnica da administração pública.

Nesse sentido, o entrevistado E8 foi particularmente explícito ao identificar os principais obstáculos políticos ao desenvolvimento sustentável, afirmando:

[...] os regulamentos são muito ricos, regulamentos muito ricos e que, bem implementados, nós teremos um meio ambiente bem protegido para gerações atuais e para futuras gerações. Infelizmente, há dois obstáculos para a implementação proveitosa desses regulamentos. No meu entender, dois obstáculos. O primeiro obstáculo, se calhar, a incompetência e in experiência dos técnicos para a implementação desses regulamentos são valiosos para a proteção do meio ambiente. Esse é o primeiro obstáculo, no meu entender. O segundo obstáculo é a corrupção, a corrupção. Portanto, a corrupção corroe todos os objetivos que se pretende atingir. A África, a Angola, precisa inverter isso. São os cientistas políticos que devem produzir discursos, que devem produzir pensamentos, que devem produzir estratégias, devem produzir filosofias que devem ser seguidas pelos militantes, que são simplesmente

militantes e não o inverso. Porque sem isso, a realidade ficará sempre ignorada de fora, ficará sempre longe (E8).

Essa visão converge com a crítica à captura das instituições do Estado angolano e à substituição do mérito técnico por critérios de lealdade partidária, apontada por vários entrevistados. Além disso, destacamos outra convergência relevante: a desarticulação entre o poder político e o conhecimento científico. Nesse contexto, o entrevistado E1 ressaltou o distanciamento entre decisores políticos e as universidades, ao afirmar que:

[...] eu olho com otimismo. Mas nós, os universitários, já começamos a dar passos. Lamentavelmente, os políticos parecem que ainda têm receio de lidar-se com universitários, porque eles são decisórios, Nós podemos até preparar um projeto, nós podemos preparar uma pesquisa, termos os resultados, mas os políticos, não se interessam nos resultados das academias. E quando vem um acadêmico, se calhar a preocupação é outra. O que é que o cidadão pretende vir fazer aqui? (E1).

Essa exclusão do saber acadêmico, por sua vez, compromete diretamente a qualidade das políticas públicas, além de restringir a adoção de soluções sustentáveis fundamentadas em evidências. Apesar de existir consenso entre os participantes quanto aos limites estruturais da governança, é importante destacar que surgem divergências relevantes sobre o papel do Estado nesse contexto.

Nesse sentido, o entrevistado E2 chama atenção para o caráter excessivamente intervencionista do Estado, apontando-o como um dos principais fatores que bloqueiam o desenvolvimento. O mesmo (E2) enfatizou isso, ao afirmar:

[...] nós temos um Estado excessivamente intervencionista, ao termos do Estado, que é excessivamente intervencionista, ela condiciona o setor, porque quem move a economia é o setor privado do Estado, aí diríamos, como anda o nosso setor privado, hoje, quantas empresas com a crise econômica faliram, ou seja, os setores que poderiam acudir nessa fase, não conseguem, porque nós, enquanto Estado, criamos elites econômicas para atender as nossas necessidades, em que a concorrência não é leal, é desleal, é o próprio Estado a concorrer, é o próprio Estado com os seus empresários a concorrer, ou seja, nós não temos um modelo econômico confortável, você vai perceber, agora, como é que você vai criar emprego a partir de um modelo econômico que não é confortável, isso, no final do dia, tem um impacto social muito grande, daí eu tenho que levantar a questão, qual é o nosso modelo econômico, porque, estudando o nosso modelo econômico, já vamos saber, ok, bom, há setores que o Estado não pode intervir, o que é que eu defendo, por exemplo, o Estado poderia focar essencialmente em questões sociais, saúde, educação, habitação e para por aí, ou deixa para o privado tratar daquilo, mas nós não, nós temos um Estado, é excessivamente intervencionista, durante muitos anos venderam-nos os sonhos de um país [...], mas hoje temos o impacto do país

que nos ofereceram, porque na altura, o regime anterior intervencionava em todas as questões e nós, o cidadão, não sentíamos o peso desse negócio, ora, o atual regime vai tirando as subvenções e vamos sentir agora o peso, ou seja, nós vamos pagar 100% do que nós consumimos, enquanto que antigamente nós pagávamos uma parte e o Estado pagava a outra parte, isso por quê? As nossas decisões económicas foram muito mal tomadas, hoje, agora, estamos a passar por reformas estruturantes, muito por consequência da intervenção da própria FMI na nossa economia, porque a FMI, ele te empresta o dinheiro e dita como você vai gastar o dinheiro (E2).

Essa perspectiva, embora relevante, diverge em parte de outras abordagens que não questionam a presença do Estado, mas sim apontam para sua ineficiência, carência ética e limitada capacidade técnica.

Por outro lado, ao considerar as consequências sociais e estruturais decorrentes da crise política, o entrevistado E4 estabelece uma conexão direta entre a fragilidade institucional, a pobreza e a insustentabilidade do desenvolvimento, ao afirmar:

[...] é impensável hoje falarmos de desenvolvimento sustentável, não levando em consideração[...]. Portanto, não havendo essas condições, não havendo esses pressupostos, instituições fortes, leis e justiça, distribuição equitativa de renda, Angola viu-se hoje mergulhada numa crise sem precedentes. E a crise agudiza a pobreza, a pobreza impede o crescimento ou então o desenvolvimento sustentável. Porque quando falarmos de desenvolvimento sustentável, nós vamos não só olhar para o crescimento económico, mas também na sustentabilidade da própria população, como ativo principal e primordial para o desenvolvimento do nosso país (E4).

Essa leitura reforça a ideia de que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado mediante reformas políticas profundas e o fortalecimento das instituições. Nesse contexto, os entrevistados apontam para a necessidade de uma governança mais inclusiva e participativa.

O entrevistado E7, por exemplo, destaca a fragilidade na integração das comunidades nos processos decisórios, referindo que:

[...] nota uma certa fragilidade neste processo de integração, do ponto de vista estrutural. Isso porque as decisões de criação de políticas públicas, como na sua implementação, notam-se uma certa exclusão da comunidade nesse processo. Daí que olhamos também a questão da governança ambiental, que é uma questão que muito tem se disputado nos últimos tempos, e essa participação direta das comunidades no processo, tanto de elaboração ou idealização de políticas, como no processo de tomada de decisão (E7).

Diante disso, o E7 ressalta que a governança ambiental tem sido amplamente debatida nos últimos tempos e enfatiza a importância da participação direta das comunidades, tanto na elaboração quanto na tomada de decisão dessas políticas. Essa perspectiva participativa, portanto, não apenas reforça a importância da inclusão da sociedade civil nos processos

decisórios, como também evidencia que a dimensão política é, simultaneamente, o maior desafio e a principal oportunidade para o avanço do desenvolvimento sustentável em Angola.

Assim sendo, a transformação política, fundamentada na ética pública, na competência técnica, na valorização da ciência e na participação ativa da sociedade, emerge como condição indispensável para que as estratégias gizadas pelo Estado angolano, deixem de ser meras intenções e se concretizem em mudanças de facto.

4.8 Análise integrada das dimensões a partir da ótica dos participantes

Dando continuidade à análise, é fundamental integrar as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável – ambiental, económica, social e política – a partir da ótica dos participantes da pesquisa. Ao adotar uma abordagem holística, torna-se possível compreender como os desafios e lacunas identificados não atuam de forma isolada, mas sim se retroalimentam em um ciclo que intensifica as vulnerabilidades em todas as esferas.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, por definição, sistêmico e indivisível, exigindo uma abordagem holística que supere a análise isolada das suas partes. A investigação das quatro dimensões da sustentabilidade, a partir da experiência dos participantes da pesquisa, revelou que as lacunas e os desafios não operam de forma isolada, mas sim em um ciclo de retroalimentação negativa, no qual a falha em uma das dimensões, amplifica as vulnerabilidades nas outras. Nesse sentido, foi consensual entre os entrevistados, de que o elo mais frágil e, simultaneamente, o principal fator que estrangula o progresso nas demais esferas, reside claramente na dimensão política.

Assim, a análise integrada demonstra que os limites ambientais e sociais, como a poluição hídrica e a pobreza extrema, são, na verdade, sintomas diretos da ineficácia política.

Por exemplo, o problema do saneamento básico revela-se como o ponto de convergência de três grandes desafios: o social (privação de dignidade e capacidade, como discutido em na subseção 4.6); o ambiental (poluição de recursos hídricos, como apontados na subseção 4.4); e, fundamentalmente, a política (má alocação de recursos e ausência de vontade para investir em infraestruturas essenciais). Nesse contexto, o profissional em Gestão Ambiental (E1) sintetiza esse ciclo ao afirmar:

[...] se a economia não é diversificada (dimensão económica), o país continua dependente do petróleo, e se a política não fiscaliza (dimensão política), não há dinheiro para o saneamento, e as pessoas vão continuar a ‘cagar na mata’, poluindo os rios (dimensão ambiental e social).

Essa reflexão estabelece uma hierarquia de causa e efeito, na qual a dependência econômica é mantida por decisões políticas que negligenciam tanto a diversificação quanto à fiscalização. Como resultado, essa dependência impede a resolução dos problemas sociais mais urgentes, como a fome e a pobreza.

Além disso, a crise de implementação dos regulamentos, destacada pelo docente universitário (E8), desautoriza o próprio planejamento estratégico do Estado. Mesmo diante da existência de planos estratégicos (como o PDN 2023-2027), robustos e leis ambientais adequadas, a ausência de capacidade institucional para aplicá-los faz com que essas normas se tornem irrelevantes.

Adicionalmente, o docente universitário (E6) e o Geodemógrafo (E4) ressaltam a importância da Educação para a Cidadania e dos debates livres como pré-requisitos para a sustentabilidade. É por meio da participação ativa da sociedade que se torna possível fiscalizar e exigir a prestação de contas, funcionando como contrapeso à inércia política e à burocracia excessiva.

Em síntese, a análise integrada confirma a premissa de que a superação da pobreza e da fome em Angola depende, mais do que de recursos financeiros, de uma profunda reforma nas instituições de poder do país. Assim, os participantes da pesquisa destacam que, para Angola avançar no caminho para o desenvolvimento sustentável e superar os desafios atuais, é fundamental promover mudanças profundas nas instituições de poder do país. Isso significa que é necessário garantir que as leis sejam realmente cumpridas, combater a corrupção e tornar o uso dos recursos públicos mais eficiente e transparente.

Além disso, é essencial que a sociedade civil – ou seja, a população e suas organizações – participe ativamente das decisões políticas, ajudando a fiscalizar.

Nesse sentido, somente com esse compromisso ético e a participação da sociedade civil organizada, será possível construir políticas públicas mais eficazes e transformar a realidade social e econômica do país.

Portanto, para que Angola avance rumo ao desenvolvimento sustentável, é fundamental que o país fortaleça suas instituições, garanta que as leis sejam cumpridas e envolva a sociedade na tomada de decisões, criando um ambiente onde o uso dos recursos públicos seja eficiente e beneficie toda a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o panorama atual das políticas públicas para erradicação da pobreza e da fome em Angola, identificando os desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, diante da observação de um progresso notoriamente lento nas metas globais (Nações Unidas, 2023) e da premente necessidade de produção científica voltada para os países da África Austral, a pesquisa buscou responder à seguinte questão problema: como a análise do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027), aliada à percepção dos entrevistados, pode identificar os principais obstáculos, as oportunidades e caminhos para o desenvolvimento sustentável e a concretização das ODS de erradicação da pobreza e da fome (ODS 1 e ODS 2) em Angola?

Para responder a esse questionamento, foi empregue a pesquisa qualitativa, pela complexidade inerente ao objeto de estudo, que exige não apenas a identificação dos desafios e das estratégias, mas também a compreensão da percepção dos participantes que vivenciam no seu dia a dia o fenômeno estudado.

Esse processo foi realizado por meio da análise documental e de entrevistas semiestruturadas com oito profissionais angolanos. Além disso, o referencial teórico, pautado nas ideias de autores clássicos como Sachs (2007) e Sen (2000), permitiu não apenas a descrição, mas também a discussão crítica do binômio desenvolvimento e sustentabilidade no contexto angolano.

No decorrer da pesquisa, os três objetivos específicos propostos foram plenamente alcançados e fundamentados na discussão dos resultados obtidos com as entrevistas na seção 4. A perspectiva interdisciplinar demonstrou, por meio da percepção dos participantes da pesquisa, que no caso da Angola, as dimensões da sustentabilidade não operam isoladamente; ao contrário, formam um ciclo de retroalimentação negativa.

Assim, os limites ambientais (como a falta de saneamento e a ausência de monitorização) são consequência direta da ineficiência e da má governação, que, por sua vez, é estruturalmente alimentada pela dependência econômica, resultando na pobreza extrema.

Ademais, a investigação sobre o PDN 2023-2027 confirmou o alinhamento estratégico com a agricultura sustentável e a diversificação econômica. Entretanto, a análise das entrevistas apontou que o desafio primário reside na dissociação entre aquilo que está escrito no papel e a sua implementação de fato.

Por fim, destacamos que a compreensão desse cenário, ou seja, a ineficiência do Estado angolano na implementação desse quadro normativo e na penalização das más práticas, como enfaticamente apontou o docente universitário (E8), é fundamental para entender os entraves para o desenvolvimento sustentável no país.

Assim, o principal achado desta pesquisa é a constatação de que a dificuldade de Angola em alcançar as metas de erradicação da pobreza e da fome (ODS 1 e 2) não decorrem, primordialmente, da ausência de recursos ou de planejamento, mas sim de um problema estrutural de implementação política. Em outras palavras, o crescimento econômico concentrado na dependência do petróleo, não gerou a esperada ‘justiça social’ (Cesar e Silva, 2023), consolidando uma desigualdade que se manifesta diretamente na incapacidade em prover infraestruturas básicas, como o caso do saneamento, testemunhado pelo doutor em Ciências Ambientais (E1), sendo o exemplo mais flagrante de privação de capacidade básica e dignidade humana. Dessa forma, a crise de sustentabilidade em Angola é, fundamentalmente, uma crise de governança, na qual a ineficácia política e a impunidade levam diretamente à injustiça social e à degradação ambiental.

Diante desse cenário, os caminhos para o sucesso passam pela quebra da rigidez desse ciclo vicioso, por meio da diversificação econômica com foco prioritário na agricultura sustentável, como apontou o Engenheiro Geógrafo (E3). Além disso, é crucial promover a reforma das estruturas de poder, priorizando o rigor na fiscalização e a participação cidadã.

Em termos de contribuição acadêmica, esta pesquisa preenche uma lacuna ao trazer um diagnóstico sobre os desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável em Angola, utilizando uma perspectiva que deu voz aos participantes da pesquisa que vivenciam os desafios da realidade estudada.

Por fim, é importante ressaltar que as limitações da pesquisa decorrem de sua natureza estritamente qualitativa, o que não permitiu a generalização estatística dos resultados para toda a população. O estudo também dependeu da amostra intencional de informantes-chave e enfrentou desafios práticos no acesso a dados governamentais pormenorizados sobre a implementação setorial dos ODS.

Assim sendo, o sucesso da Angola rumo ao desenvolvimento sustentável está, em última instância, condicionado à sua capacidade de reformar a si mesma: o caminho é complexo, mas as oportunidades, como a transição para a economia verde e a gestão participativa (E4, E6), demonstram que um futuro mais sustentável está ao alcance do país, desde que a política se converta de facto, em uma ferramenta de transformação social.

Recomendações

Com base nos resultados e nas limitações encontradas, sugerimos direções claras para a pesquisa futura e para a ação política imediata. No plano acadêmico, recomendamos a realização de estudos comparativos (envolvendo outros países da SADC¹⁴, por exemplo) e de pesquisas quantitativas georreferenciadas para mensurar o impacto da falta de saneamento em comunidades específicas, ligando-os diretamente aos indicadores de pobreza e saúde.

No plano da ação política, o Governo de Angola deve traduzir as metas do PDN em indicadores de fiscalização mais transparentes e acessíveis, priorizar o investimento em capacitação técnica para a agricultura e para a monitorização ambiental e, acima de tudo, fortalecer o papel dos órgãos de fiscalização e combate à corrupção, garantindo a penalização das más práticas (E8).

¹⁴ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, Governo de. **Relatório nacional voluntário 2021 sobre a implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Luanda: Governo de Angola, 2021. Disponível em: https://www.embajadadeangola.com/pdf/VNR-Angola-2021_PT.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei n.º 14/24**, de 5 de setembro. Revoga a Lei n.º 18/16, de 17 de outubro, Lei da Divisão Político-Administrativa, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei. Diário da República, Luanda, 5 set. 2024. I Série, n.º 171. Disponível em: < <https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2024/lei-n-o-14-24-de-05-de-setembro/> >. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA, Governo de. **Objetivos de desenvolvimento sustentável relatório sobre os indicadores de linha de base da agenda 2030**. Luanda: Instituto Nacional de Estatística – INE, 2018. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638482016474143304.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA, Governo de. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014**. Luanda: Instituto Nacional de Estatística – INE, 2016. Disponível em: <<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/ODI3Ng%3D%3D>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. Ministério da Economia e Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027: impacto socioeconómico sustentável**. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento, 2023. Disponível em: <[https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Estratégia de desenvolvimento a longo prazo Angola 2025**. Luanda: Ministério do Planeamento, 2007. Disponível em: https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/Volume_3_Reajustado_-_Janeiro_07.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Estratégia a longo prazo Angola 2050**. Luanda: Ministério do Planeamento, 2023. Disponível em: <https://mep.gov.ao/bo/api/getDoc/9eb287d088e1e6b3fe0c79122ceb5b92.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Estratégia de combate à pobreza (ECP)**. Luanda: Ministério do Planeamento, 2004. Disponível em: <https://mep.gov.ao/bo/api/getDoc/9eb287d088e1e6b3fe0c79122ceb5b92.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ANGOLA. Ministério do Ambiente. **Estratégia nacional para as alterações climáticas, 2018-2030**. Luanda: Ministério do Ambiente, 2017. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/pt-pt/publication/angola-estrategia-nacional-para-alteracoes-climaticas-2018-2030>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANGOLA. PLANAGRÃO: **Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos – Apresentação**. Luanda: Ministério da Agricultura e Pescas; Ministério da Economia e Planeamento, jul. 2022.

ALBERTO, Nzunzi Nunes. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 15 dez. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

ALVARENGA, Rodrigo de *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teóricos-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILLIPI Jr., SILVA Neto (Orgs). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. São Paulo: Manole, 2011.

AZAGAIA. Cão de Raças. Intérprete: Azagaia. Letra da música. In: YouTube [recurso eletrônico]. **Publicado pelo canal Azagaia Oficial**. 20 de set. de 2014. 1 vídeo (3 min 43 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j4_3l2aPwCQ. Acesso em: 27 jan. 2025.

ARANTES, Paulo Tadeu Leite. Cultura, quarto pilar do desenvolvimento sustentável: de objeto de consumo a instrumento de política pública para regeneração das cidades. In: JR Philippi, Arlindo; BRUNA, Gilda Collet/Organizador (Org.). **Gestão urbana e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2019, p. 83-113.

ADAMS, Cristina *et al.* Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/1647>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BASSO, Edcleia Aparecida *et al.* Interdisciplinaridade e desenvolvimento na sociedade contemporânea. In: BASSO, Edcleia Aparecida (org.), TOGNATO, Izabel Rodrigues (org.). **Sociedade e Desenvolvimento: Diálogos interdisciplinares**. Campo Mourão: Fecilcam, 2025, p. 15-30.

BOTA, Martins Vítor Pacheco. **Proteção social das pessoas com deficiência em Angola: uma análise da situação dos ex-militares com deficiência física, no município de Viana, na província de Luanda**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Católica da Angola, Luanda, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

CRISTINA, André Fernando. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João A. Domingos. Google Meet, 27 out. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

CESAR, Ary Gustavo da Silva; DA SILVA, João Vitor Fernandes. Desenvolvimento Sustentável em um discurso de interdisciplinaridade. **Revista Interscientia**, v.10, n. 2, p. 187-199, 2023. <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/interscientia/article/view/1593>. Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, Rafael Giorgi; FAVARETO, Arilson. Desenvolvimento regional revisitado: uma análise de indicadores econômicos, sociais e ambientais no estado de São Paulo no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, volume, 25, 2023, p. 1-30. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202325>. Acesso em: 22 fev. de 2025.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Rio de Janeiro: FGV**, 1991.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82981>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COSTA, Rafael Giorgi; FAVARETO, Arilson. Desenvolvimento regional revisitado: uma análise de indicadores econômicos, sociais e ambientais no estado de São Paulo no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, volume, 25, 2023, p. 1-30. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202325>. Acesso em: 22 fev. 2025.

DE ARAÚJO, Kássia Karina Silva; BARROSO, Carlos Maurício Rocha; DE SOUZA, Éder Júnior Cruz. Os paradigmas da sustentabilidade: entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. **Revista contexto geográfico**, volume, 2, 2017, p. 76-85. Disponível em: <<https://doi.org/10.28998/contegeo.2i3.6135>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. In: **Interdisciplinaridade**, São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, 2011, p. 10–23.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade. **Revista Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/gepi/>. Acesso em: 26 set. 2024.

GODOY, Hermínia Prado (org.), FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 155–178, 2018. DOI: 10.25246 / direito e desenvolvimento. v9 i2. 667. Disponível em: <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - FAS. **Programa de Fortalecimento da Protecção Social - KWENDA**, P169779: Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Luanda: IDL-FAS, 2022.

JOSÉ, Novais. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 20 set. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

JOSÉ, Francisco Samacua. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 15 out. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república: 1975-1992**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20719>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KOVALSKI, Rodrigo Augusto. Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise da evolução do pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente. **Revista de humanidades**, volume, 31, 2016, p. 101-120. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6168707>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. Cortez. São Paulo. 2001.

LEITÃO, Alexandra. Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o século XXI. **Revista portuguesa de finanças, gestão e contabilidade**, volume, 1, 2015, p. 149-171. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/21110>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LOPES, Alex Eduardo *et al.* Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a trajetória de conflitos e desafios para o meio ambiente. **Revista forscience**, volume, 5, 2017, p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.29069/forscience.2017v5n2.e314>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LUKOMBO, João Baptista. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 10 set. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

MEDEIROS, Ernaldo Oliveira de; COSTA, Beatriz Souza. A implantação da Agenda 21 no Brasil após 30 anos da Conferência Rio-92: a importância do ensino da Educação Ambiental sobre as Mudanças Climáticas. **Revista Científica Intelletto**, Venda Nova do Imigrante, v. 10, n. 1, p. 47-62, 2025. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/revista-intelletto/article/view/1583>. Acesso em 15 mar. 2026.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

MAIALA, Francisco Ernesto. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João A. Domingos. Google Meet, 28 set. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MASSANGA, Joaquim Paka. **Patrimônio cultural, memórias e identidades em disputas: a ponta de padrão e o porto do Mpinda (Soyo/Zaire) – (in)visibilidades, sentidos e significados historiográficos em Angola, 1975-2015**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235520>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MORAIS, Sebastião Ferreira. **As dimensões da sustentabilidade em Ecovilas Paulistas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uscs.edu.br/handle/123456789/1348>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MOZZATO, Anelise Rebelato; CARRION, Rosinha Machado; MORETTO, Cleide Fátima. Globalização, desenvolvimento sustentável e governança: a importância dos espaços socioterritoriais. **Ensaios FEE**, v. 35, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2829>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

NAMBELO, Augusto Varela. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 05 nov. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Tradução de A. Silva. Lisboa: Editora Ulmeiro, 1977.

NETO, Teresa J. A. da Silva. **História da educação e cultura de Angola**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Zaina Editores, 2014.

NAJMANOVICH, Denise. Mirar con nuevos ojos: nuevos paradigmas en la ciência y pensamiento complejo. Editorial Biblos, 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/najmanovich-d.-mirar-con-nuevos-ojos.-nuevos-paradigmas-en-la-ciencia-y-pensamiento-complejo/page/12/mode/2up>. Acesso em 12 mar. 2025.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “Limites do Crescimento” 40 Anos Depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. *Continentes: Revista de Geografia da UFRRJ, Seropédica*, ano 1, n. 1, p. 72-96, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/download/2/1#page=80>. Acesso em 15 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU em 25 de setembro de 2015. Nova York, 2015.

<<https://revistas.udc.gal/index.php/RAS/article/view/ams.2018.25.1.4655>>. Acesso em 15 nov. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2023**: Edição Especial, 2023.

<<https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/>>. Acesso em 15 nov. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acelerando os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola. Uma Análise Sistémica**. Luanda, 2024.

Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/angola/publications/acelerando-os-objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel-em-angola>>. Acesso em: 20 jan. 2025

ONU, PNUMA. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **AmbientalMENTEsustentable**, v. 25, n. 1, p. 171-190, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.17979/ams.2018.25.1.4655>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Mapa do investimento sustentável de Angola**. Luanda: PNUD Angola, 2024.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.48075/ri.v10i1.4141>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PARANÁ, Universidade Estadual. **Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento**. Campo Mourão, 2013. Disponível em:

<https://ppgsed.unespar.edu.br/menu-principal/o-programa>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PEREIRA, João Victor Inácio. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. **Economia Global e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 115-126, 2009.

PEÇANHA, Marcela Pellegrini *et al.* Saúde e meio ambiente. In: ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; CARLOS, Viviane Moschini/Organizador (Org.). **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012, p. 155-176.

PHILIPPI JR, Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos. Sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas: desafio para o planejamento urbano das cidades. In: JR, Arlindo Philippi; BRUNA, Gilda Collet/Organizador (Org.). **Gestão urbana e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2019, p. 428-452.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Global Resources Outlook 2024**: Pathways towards sustainability. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2024. Disponível em: <<https://www.resourcepanel.org/reports/global-resources-outlook-2024>>. Acesso em: 25 jan. 2026.

PEÇANHA, Marcela Pellegrini *et al.* Saúde e meio ambiente. In: ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; CARLOS, Viviane Moschini/Organizador (Org.). **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012, p. 155-176.

ROCHA, Alves da. **Relatório econômico de Angola 2010**. Luanda: Centro de estudos e investigações científicas da Universidade Católica de Angola – UCAN, 2011.

ROEEE - UFSC. Observatório Regional de Economia, Energia e Meio Ambiente. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis, SC: 2022. Disponível em: <https://roeee.ufsc.br/sobre/>. Acesso em 20 set 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, Tradução de Laura Teixeira Motta. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. Terra dos homens. 1. ed. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4. ed. Hucitec. São Paulo. 1996.

SILVA, João Paulo da. **O Encontro de Founex (1971) e as origens do discurso do desenvolvimento sustentável**. 2020. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

TATI, Raul. **Incidências da guerra fria na política externa de Angola, 1975-1992**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência política e relações internacionais) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/cd57e2a5184bd22d08751a95217b50f2/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

TORDINO, Cláudio Antônio. A estética do método. In: GODOY, Hermínia Prado; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 21 – 26.

TAYRA, Flávio; RIBEIRO, Helena. Além das questões técnicas e econômicas: uma revisão de valores para o desenvolvimento sustentável. **Revista pensamento & realidade**, volume, 16, 2005, p.1-17. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8427>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

UALI, Dauda; SANTOS, Stephani dos; CÁ, Luizinho Jorge. Desafios da implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável na África Ocidental. In: GUGLIANO, Alfredo Alejandro; GALLEGOS, Claudio (org.). **Boletim Mirando al Sur**. N.º 3. Bahía Blanca: Asociación de Universidades Grupo Montevideo – AUGM, 2023. p. 55–74. ISSN 2718-661X.

VIEIRA, C.; NUNO, F.; ROQUE, S. Cluster da Água em Angola: Uma estratégia coletiva, manual de boas Práticas. P. Swietlik J., Raczkyk-Stanislawiak U. e Nawrocki J.(2009). **The influence of disinfection on aquatic biodegradable organic carbon formation**. Water Research, v. 43, p. 463-473, 2014.

VIER, Margarete Blume *et al.* Reflexões sobre a economia circular. **Revista do desenvolvimento regional**, volume, 18, 2021, p. 27-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.26767/2206>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, São Paulo: Autores associados, 2008.

ZINGA, Mingehd. **Percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do desenvolvimento sustentável em Angola**. Entrevistador: João Augusto Domingos. Google Meet, 20 nov. 2025. Entrevista transcrita. Arquivo pessoal do pesquisador.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista

Nota Introdutória

Esta entrevista está amparada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná, sob o número 84092224.4.0000.9247. Ela integra uma pesquisa de dissertação de mestrado que busca compreender a percepção dos participantes sobre os desafios, limitações e perspectivas futuras do Desenvolvimento Sustentável em Angola. Para isso, considera as dimensões ambiental, social, econômica e política, com o propósito de identificar os fatores que têm limitado ou impulsionado o progresso do país.

O objetivo central da pesquisa é analisar o panorama atual das políticas de desenvolvimento sustentável em Angola, identificando lacunas e desafios que impactam a promoção da resiliência. Os dados coletados serão tratados de forma confidencial e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Além de recolher informações, esta entrevista visa estimular uma reflexão conjunta sobre o desenvolvimento sustentável no país, valorizando a experiência e o conhecimento de cada participante.

Agradecemos antecipadamente pela sua valiosa contribuição!

Seção 1 – Perfil do entrevistado

1.1. Gênero

() Masculino

() Feminino

() Outro -----

1.2. Idade-----

1.3. Nível de instrução (escolaridade)

() Graduação - Qual a área? -----

() Mestrado - Qual a área? -----

() Doutorado - Qual a área? -----

1.4. Atua em algum órgão governamental? () sim () não

Em caso de sim, qual? -----

1.5. Pode falar um pouco sobre a sua experiência e atuação no contexto do desenvolvimento sustentável em Angola?

1.6. Qual é a sua visão sobre a evolução das políticas de desenvolvimento sustentável no país nos últimos anos?

Seção 2 – Dimensão ambiental

- 2.1. Quais são os principais desafios ambientais que Angola enfrenta atualmente no contexto do desenvolvimento sustentável?
- 2.2. Como avalia a implementação das políticas ambientais em Angola? Elas têm sido eficazes?
- 2.3. De que forma as mudanças climáticas têm impactado as comunidades e a biodiversidade no país?
- 2.4. Que medidas poderiam ser adotadas para fortalecer a resiliência ambiental em Angola?
- 2.5. Quais são as suas expectativas para o futuro da gestão ambiental no país?

Seção 3 – Dimensão econômica

- 3.1. De que forma as desigualdades econômicas impactam a implementação do desenvolvimento sustentável em Angola?
- 3.2. Como avalia as iniciativas governamentais e privadas para promover uma economia sustentável no país?
- 3.3. Que setores econômicos poderiam desempenhar um papel estratégico na promoção da resiliência em Angola?
- 3.4. Quais políticas públicas poderiam ser implementadas para garantir um crescimento econômico sustentável e inclusivo?
- 3.5. Quais são os maiores obstáculos econômicos que limitam o progresso sustentável?
- 3.6. Na sua opinião, como as condições econômicas afetam a implementação de estratégias sustentáveis?
- 3.7. Quais mudanças econômicas você acredita serem necessárias para garantir um futuro mais sustentável para Angola?

Seção 4 – Dimensão social

- 4.1. Como avalia a integração das comunidades locais nas políticas de desenvolvimento sustentável em Angola?
- 4.2. Quais são os principais fatores que dificultam a melhoria das condições sociais no país, considerando o contexto do desenvolvimento sustentável?
- 4.3. De que forma a desigualdade social afeta a capacidade das comunidades de se tornarem mais resilientes?

- 4.4. Você acredita que há desigualdades ou vulnerabilidades sociais que dificultam o progresso sustentável? Se sim, quais?
- 4.5. Que iniciativas ou programas sociais poderiam ser reforçados para fortalecer a resiliência das populações mais vulneráveis?
- 4.6. De que maneira as comunidades mais vulneráveis estão sendo afetadas ou podem se beneficiar do desenvolvimento sustentável?
- 4.7. Como você vê o papel da educação e da conscientização pública na promoção do desenvolvimento sustentável em Angola?

Seção 5 – Dimensão política

- 5.1. Como avalia o papel do governo na implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável em Angola?
- 5.2. Quais são os maiores desafios institucionais que dificultam a promoção da resiliência no país?
- 5.3. Qual é a importância da governança participativa para o desenvolvimento sustentável em Angola?
- 5.4. Como as instituições podem ser fortalecidas para garantir uma maior efetividade das políticas de resiliência e desenvolvimento sustentável?
- 5.5. Você percebe limitações na ação política para promover a sustentabilidade? Quais seriam?
- 5.6. Quais são as principais barreiras políticas que Angola enfrenta em termos de desenvolvimento sustentável?
- 5.7. Que tipo de governança ou política pública você acha que pode facilitar o desenvolvimento sustentável no país?
- 5.8. O que você espera que mude politicamente nos próximos anos em relação à sustentabilidade?

Seção 6 – Considerações finais

- 6.1. Existem experiências internacionais ou de outros contextos africanos que poderiam ser replicadas em Angola para promover a resiliência no desenvolvimento sustentável?
- 6.2. Que boas práticas locais poderiam ser expandidas ou aperfeiçoadas?
- 6.3. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nesta entrevista e que considera relevante para o tema?
- 6.4. Na sua opinião, quais são os passos mais urgentes que Angola deve tomar para garantir um futuro mais resiliente e sustentável?

APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CEP UNESPAR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Colaborador(a), nº

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Políticas de erradicação da pobreza e da fome em Angola: análise dos desafios, estratégias e oportunidades para o desenvolvimento sustentável” que faz parte do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, sob a responsabilidade do Prof. pesquisador Marcos Clair Bovo e João Augusto Domingos, ambos da UNESPAR, que objetiva contribuir para o conhecimento acadêmico e o avanço teórico no campo do desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos específicos, como o de Angola.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP UNESPAR.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido Pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR.

Número do parecer: 84092224.4.0000.9247

Data da relatoria: 12/11/2024.

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** A sua participação é muito importante e ela se dará por meio de uma videochamada com recurso a roteiro de entrevista, objetivando analisar o desenvolvimento sustentável em Angola, identificando os desafios e projeções para o futuro a partir das dimensões ambiental, social, econômica e política, para tanto serão utilizadas somente a profissão seguido de um número de identificação, ou seja, você não será identificado. A forma de abordagem deve ocorrer de forma remota via plataforma Google Meet. A sua participação é relevante tendo em conta a sua familiaridade com a temática, para tanto são esclarecidos os objetivos da pesquisa e assegurado o anonimato dos mesmos.
- 2. RISCOS E DESCONFORTOS:** Informamos que poderão ocorrer os seguintes riscos e/ou desconfortos - cansaço ou aborrecimento e instabilidade na internet durante a aplicação do roteiro das entrevistas a serem aplicados a docentes, ou profissionais de instituições do governo de Angola ou agências do sistema das Nações Unidas acreditadas em Angola em decorrência do tempo de duração; tempo gasto do sujeito ao responder ao roteiro das entrevistas. Os pesquisadores



Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

CEP UNESPAR

comprometem-se a minimizar os riscos e desconfortos esclarecendo detalhadamente como ocorrerá a pesquisa e em especial que a participação acontecerá de maneira voluntária e individual.

BENEFÍCIOS: Ainda que a pesquisa não traga benefícios diretos aos participantes, é possível destacar a contribuição entorno das reflexões e sugestões a respeito dos desafios e avanços, bem como das projeções futuras para o desenvolvimento sustentável em Angola e consequentemente poderá sim trazer bons resultados para os participantes, já que são angolanos, ou seja, cidadãos que como eu desejam que Angola alcance este tão esperado desenvolvimento. O tema em estudo contribuirá para fomentar a discussão sobre a importância de se pensar no desenvolvimento sustentável em Angola a partir de uma perspectiva interdisciplinar, contribuindo para fornecer insights sobre como promover a resiliência e melhorar a eficácia das políticas públicas existentes. A pesquisa traz um tema de grande relevância face ao atual estado socioeconômico e ambiental de Angola, que poderá fornecer elementos para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, tão necessária e urgente.

3. CONFIDENCIALIDADE: Informamos que o roteiro das entrevistas a serem aplicados aos docentes, ou profissionais de instituições do governo de Angola ou agências do sistema das Nações Unidas acreditadas em Angola serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, inclusive dados que possam gerar identificação como área de atuação e local de trabalho serão trocados para dados fictícios, de modo a preservar a sua identidade. Além disso, os dados a serem coletados só poderão ser utilizados para fins de publicações científicas, num período de até 05 (cinco) anos, contados a partir do segundo semestre de 2024. Após este período os dados serão descartados. Os dados serão utilizados com objetivo único da pesquisa acadêmica.

4. SEGURANÇA: Foi informado de que será assegurada, bem como sobre a garantia do livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

5. ESCLARECIMENTOS: Caso você tenha mais dúvidas ou necessite esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento. Qualquer dúvida com relação à



Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CEP UNESPAR

pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador responsável, conforme o endereço abaixo:

Nome do pesquisador responsável: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

Endereço: Rua Comendador Norberto Marcondes, 773 – Centro - Campo Mourão/PR Telefone para contato: (44) 999382686

E-mail: mcbovo69@gmail.com

Pesquisador: João Augusto Domingos

Endereço: Rua São Paulo, Centro – Campo Mourão PR. CEP. 87.303-140.

Telefone para contato (44) 988274101

E-mail: domingosjoaodj17@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo: CEP UNESPAR Universidade Estadual do Paraná.

Unespar Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N – Sala 20, Jardim Morumbi, Paranavaí - PR | CEP: 87.703-000

Telefone: (44) 3424.0100 | E-mail: cep@unespar.edu.br

5. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o (a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

5.1 CUSTOS: Foi esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação na pesquisa, tendo em vista que sua participação é voluntária.

5.2 PREENCHIMENTO DO TERMO: Este termo deve ser preenchido em duas vias iguais, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você), como garantia do acesso ao documento completo.



Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CEP UNESPAR

TERMO 1

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) Francisco Ernesto Maiaia, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo (a) pesquisador(a), ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Luanda, 17 de Junho de 2025.

Francisco Ernesto Maiaia

Assinatura ou impressão datiloscópica

TERMO 2

Eu João Augusto Domingos declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

Campo Mourão, 17 de Junho de 2025

João A. Domingos

Assinatura do Pesquisador